

Banco Pan

Informações Trimestrais Consolidadas– 2T14

04 de agosto de 2014

Banco Pan

Relatório da Administração – 2T14

04 de Agosto de 2014

SENHORES ACIONISTAS

A Administração do Banco Pan S.A. (“Pan”, “Banco” ou “Companhia”) e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Informações Trimestrais relativos ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2014, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As Informações Trimestrais apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), pela Comissão de Valores Mobiliários, pela Superintendência de Seguros Privados, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e demais normas estatutárias.

EVENTOS RECENTES

Em 13 de junho de 2014, foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia: (i) o aumento do capital social do Banco Pan no valor de até R\$1,5 bilhão, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção das ações ordinárias e preferenciais na ocasião existentes (“Aumento em ON e PN”), de até 443.786.982 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$3,38 por ação ordinária ou preferencial, e (ii) submeter para exame e deliberação dos acionistas reunidos em Assembleia Geral de Acionistas, outro aumento do capital social da Companhia, no valor de até R\$1,5 bilhão, com a criação e emissão de nova classe de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Em 27 de junho de 2014, foi homologada pelo Bacen a alteração da denominação social da companhia para Banco Pan S.A..

ACORDOS OPERACIONAIS E COMERCIAIS

Por ocasião da entrada do Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) no bloco de controle do Pan e para reiterar seu compromisso de manutenção da parceria estratégica, a Caixa Econômica Federal (“Caixa”) firmou com o Banco, com a interveniência do BTG Pactual, em 31 de janeiro de 2011, um Acordo de Cooperação Operacional com entrada em vigor após a conclusão da transferência do controle e prazo de 8 anos, podendo ser prorrogado, para suporte à Companhia. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez do Pan, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa em adquirir créditos da Companhia, sob determinados parâmetros, sempre que esta desejar cedê-los, sem coobrigação, até o saldo limite de R\$8,0 bilhões; e (ii) o reforço de liquidez através de operações interbancárias suportadas por limite de crédito de R\$2,0 bilhões. Estas operações são realizadas em condições de mercado.

Em 25 de abril de 2012, o BTG Pactual e a Caixa aditaram o Acordo de Cooperação Operacional assinado em 31 de janeiro de 2011 para, entre outras disposições, formalizar que o BTG Pactual, ou suas afiliadas, aplique, observada a legislação, recursos em depósitos interfinanceiros, certificados de depósito bancário ou letras de crédito imobiliário de emissão do Pan.

Para fortalecer e aprimorar a nova estratégia de negócios da Companhia e as operações no mercado imobiliário decorrentes da aquisição da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”), o Pan e a Caixa celebraram, também em 25 de abril de 2012, um acordo comercial por meio do qual a Caixa adquire, mediante solicitação da Companhia, letras de crédito imobiliário emitidas pelo Pan ou por companhia hipotecária por ele controlada, conforme o caso. Esse acordo comercial passou a vigorar pelo prazo de 7 anos a partir da conclusão da aquisição da BFRE, em 19 de julho de 2012.

Em 13 de setembro de 2012, a Caixa e o Pan firmaram, com a interveniência e anuência da Caixa Participações S.A. (“Caixapar”) e do BTG Pactual, entre outros, um acordo operacional que estabelece um regime de cooperação mútua para a estruturação, distribuição e comercialização de produtos e serviços, incluindo a elaboração e implementação conjunta de planos de desenvolvimento de produtos e serviços das duas instituições. Seus objetivos são criar sinergias e aproveitar oportunidades de ampliação dos portfólios de produtos, entre outras, tendo em vista a complementaridade dos parceiros.

Por fim, em 17 de abril de 2013, a Caixa e o Pan firmaram outro acordo comercial, desta vez para: (i) divulgação de produtos da Caixa através dos canais de distribuição do Pan; e (ii) originação pelo Pan, para a Caixa, de créditos imobiliários junto a clientes de alta renda.

Os diversos acordos operacionais e comerciais firmados desde a formação do atual bloco de controle do Pan, entre este e seus acionistas controladores, Caixa e BTG Pactual, demonstram não apenas o forte e reiterado suporte que os controladores têm disponibilizado para a Companhia, como também a complementaridade e alinhamento de interesses entre os três.

AMBIENTE ECONÔMICO

Com relação à atividade econômica, o PIB do 1º trimestre de 2014, após ajustes para efeitos sazonais, avançou 0,2% em relação ao trimestre anterior e expandiu-se 1,9% em relação ao mesmo período de 2013. Do lado da oferta, as atividades agrícolas registraram o melhor resultado, ao crescer 3,6% em relação ao trimestre anterior, mas ressaltando que o bom desempenho ocorreu após quedas de 3,5% e 0,5% nos dois últimos trimestres, respectivamente. Já em relação ao mesmo período de 2013, a agricultura cresceu 2,8%. Ainda no campo positivo, as atividades de serviços cresceram 0,4% em relação ao trimestre anterior e 2,0% na comparação com o mesmo período de 2013, próximo do que tem ocorrido nos últimos trimestres. A indústria teve queda na atividade pelo terceiro trimestre consecutivo, apresentando redução de 0,8% na comparação com o trimestre anterior. É válido lembrar que a última contração da indústria durando três trimestres ocorreu em 1996. Com este resultado, a indústria registrou crescimento de 0,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, ficando bem abaixo da média do resultado apresentado nos três trimestres anteriores e retornando aos níveis de produção do 1º trimestre de 2011.

Do lado da demanda, após uma série de nove trimestres com crescimento, o consumo das famílias caiu marginalmente no 1º trimestre de 2014 em comparação com o trimestre anterior, apresentando uma redução de 0,1% e registrou expansão de 2,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O investimento caiu 2,0% na comparação com o trimestre anterior, confirmando a terceira queda trimestral consecutiva e se mantendo em território negativo em relação ao mesmo período de 2013, apresentando redução de 2,0%. Com isso, a taxa de investimento em relação ao PIB recuou para 17,7%, abaixo do observado recentemente e próxima do 1º trimestre de 2009. Por outro lado, o consumo do governo registrou mais uma leitura positiva ao crescer 0,7% e permanecer alinhado com sua média histórica. Finalmente, no setor externo, na comparação com o trimestre anterior, as exportações caíram 3,3% enquanto as importações aumentaram 1,4%.

Ainda referente ao setor externo, notamos que o déficit da conta corrente ficou em US\$6,6 bilhões em maio. Com este resultado, o déficit acumulado em 12 meses subiu para US\$81,9 bilhões, representando 3,6% do PIB. O resultado acumulado em 12 meses, para o balanço de pagamentos como um todo, também registrou déficit em maio, mas ficou um pouco abaixo do déficit registrado em abril (US\$5,3 bilhões e US\$6,4 bilhões respectivamente). É válido ressaltar que os saldos do balanço de pagamentos vêm se deteriorando desde meados de 2011, apesar de ter apresentado superávits até meados de 2013. A deterioração no balanço de pagamentos decorre da combinação de uma redução no superávit da conta financeira com um aumento no déficit da conta corrente.

A respeito da inflação, o IPCA de junho avançou 0,4% em relação a maio. A menor inflação em itens com preços administrados e a deflação nos alimentos foram centrais na desaceleração do crescimento do índice frente aos 0,5% registrado em maio. No entanto, nos demais itens do segmento com preços livres (excluindo alimentação), a inflação surpreendeu para cima, especialmente nas atividades de serviços, e assim, a inflação acumulada em 12 meses ficou em 6,5%, superando o limite superior da meta.

No mercado de trabalho, os dados do 1º quadrimestre deram sequência às principais tendências recentes, que continuam a mostrar sinais de enfraquecimento na expansão do emprego e da renda, apesar das taxas de desemprego permanecerem nos mínimos históricos. De janeiro a abril, a taxa de desemprego flutuou em torno de 5%, ficando cerca de 0,5% abaixo dos 5,6% do mesmo período no ano passado. No entanto, a população empregada está com dificuldades para crescer, e o desemprego tem se mantido baixo principalmente por força da constante queda na Taxa de Participação (PEA/PIA). Os números de geração de emprego formal do Ministério do Trabalho (Caged) também indicam barreiras crescentes. Em maio, foi registrada a criação líquida de 59 mil empregos, que foi o menor saldo para maio desde 1992. Pelo terceiro mês seguido, foram registradas variações negativas em relação ao mesmo período de 2013. Assim, no acumulado até maio, 2014 continua apresentando uma geração de empregos inferior à de 2013. Se compararmos a geração de emprego acumulada neste período em outros anos, o processo ainda sugere um enfraquecimento gradual que vem desde 2010. As restrições na expansão do emprego refletem-se no menor crescimento da massa de rendimentos que continua abaixo da tendência observada nos últimos anos.

Em relação ao mercado de crédito, os saldos das operações de maio continuaram mostrando moderação no crescimento, passando dos 13,4% apurados em abril de 2014, na comparação com o mesmo período do ano anterior, para 12,7% em maio de 2014, na mesma base de comparação. Esta moderação no crescimento, em relação ao mesmo período de 2013, acontece principalmente no crédito livre, passando de 6,2% em abril para 5,7% em maio, mas também no crédito direcionado, passando de 23,3% para 22,3% na mesma base de comparação. Na mesma direção, as médias diárias de novas concessões voltaram a cair. Com relação aos aspectos qualitativos, notamos que, em linha com o ciclo de alta da Selic, a taxa de juros do crédito livre para pessoas físicas subiu pelo quinto mês consecutivo, passando de 42,0% para 42,5%, atingindo seu mais alto nível desde julho de 2012. A taxa para operações com pessoas jurídicas também subiu em maio, mas apenas marginalmente, de 22,9% para 23,0%. Ressaltamos, finalmente, que após três meses de estabilidade em 6,5%, a inadimplência das pessoas físicas no crédito livre subiu para 6,7% em maio, retornando para o nível observado em dezembro do ano passado.

Sobre a situação fiscal, o setor público consolidado (governo central, governos regionais e empresas estatais) registrou déficit de R\$11,0 bilhões em maio. No mês anterior, o resultado havia sido um superávit de R\$16,9 bilhões e, em maio de 2013 de R\$5,7 bilhões. Com isso, o superávit acumulado em 12 meses caiu para 1,5% do PIB, abaixo da meta de 1,9% para 2014. A maior parte do resultado veio do governo central, que teve um déficit de R\$11,1 bilhões, levando o acumulado de 12 meses para 1,2% do PIB, abaixo da meta do ano de 1,6%.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Mesmo neste contexto de desempenho moderado da atividade econômica e política monetária mais restritiva, a originação de ativos de crédito apresentou crescimento em relação ao mesmo semestre do exercício anterior, mantendo sua trajetória de crescimento no longo prazo. Assim, a originação de créditos atingiu média mensal de R\$1.223,3 milhões no 1º semestre de 2014, 4,6% acima dos R\$1.169,6 milhões do 1º semestre de 2013. No 2º trimestre de 2014, a originação de créditos teve média mensal de R\$1.210,0 milhões, 2,1% abaixo dos R\$1.236,6 milhões do 1º trimestre de 2014 e 3,8% inferior aos R\$1.257,6 milhões do 2º trimestre de 2013, em função de uma combinação de fatores como, por exemplo, Copa do Mundo, a nova dinâmica de crédito consignado devido

à portabilidade, o momento do mercado de veículos e o aperfeiçoamento na esteira de originação do crédito imobiliário, como já feito em outras linhas de negócio para suportar o crescimento planejado.

A Carteira Total de Crédito era de R\$16.101,9 milhões ao final do 2º trimestre de 2014, 0,6% menor do que a carteira de R\$16.206,8 milhões em março de 2014 e 9,1% maior do que os R\$14.764,4 milhões de junho de 2013. Este valor inclui: (i) a carteira de créditos retida no Banco, de R\$15,9 bilhões e (ii) os créditos cedidos com coobrigação, no montante de R\$244,8 milhões.

O saldo da carteira de crédito com resultado retido, que exclui da carteira total os créditos cedidos com coobrigação e, desta forma, fornece a medida da carteira que rende receitas de juros para a Companhia, por sua vez, manteve crescimento superior ao da Carteira Total de Crédito, tendo atingido R\$15.857,1 milhões no fim do 2º trimestre, com crescimento de 0,1% em relação ao trimestre anterior e de 13,5% em relação ao mesmo trimestre de 2013. O crescimento foi baixo em relação ao trimestre anterior em função do maior volume de cessão de crédito sem coobrigação para enquadramento do capital regulatório, que será endereçado com o Aumento em ON e PN.

O crédito para Pessoas Físicas correspondia a 76,8% da carteira total em junho de 2014, mostrando diversificação ligeiramente maior de negócios em relação à participação de 78,8% do crédito para Pessoas Físicas registrada no final de junho de 2013.

Em 30 de junho de 2014, o Pan possuía aplicações em títulos privados no valor de R\$21,5 milhões. Assim, a Carteira Total de Crédito Expandida, incluindo tais operações, atingiu R\$16.123,3 milhões no final do 2º trimestre de 2014.

Financiamento de Veículos

Segundo o Bacen, o saldo de crédito para aquisição de veículos (CDC PF) totalizou R\$186,6 bilhões no 2º trimestre de 2014, registrando queda real de 3,3% em relação ao trimestre anterior e de 9,6% ante o mesmo período de 2013. A modalidade representa 24,6% do saldo de crédito livre destinado às famílias. Já a carteira de leasing, que representa 0,6% do saldo de crédito para as famílias, continua se retraíndo e registrou queda real de 21,3% no trimestre em relação ao trimestre anterior e de 61,2% nos últimos 12 meses, totalizando R\$4,9 bilhões.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias nos financiamentos de veículos (CDC PF) atingiu 4,9% no 2º trimestre de 2014, registrando recuo de 0,1p.p. em relação ao 1º trimestre do ano e queda de 1,2p.p. em relação ao mesmo período do ano de 2013. Destaca-se que a máxima histórica do indicador foi alcançada em junho de 2012 (7,2%), tendo recuado gradativamente desde então.

No 2º trimestre de 2014, as taxas de juros para aquisição de veículos cobradas das famílias atingiram 23,0% a.a., recuo de 0,5p.p. em relação ao trimestre anterior e avanço de 3,5p.p. em 12 meses.

De acordo com a Fenabreve, foram vendidas 3,1 milhões de unidades de veículos leves (automóveis e comerciais leves novos e usados) no 2º trimestre de 2014, queda de 1,5% em relação ao mesmo período de 2013, com a comercialização de usados avançando 2,9% e as vendas de novos registrando queda de 12,2%. Na comparação com o trimestre anterior houve avanço de 1,6% no mercado de veículos usados e recuo de 4,8% no segmento de novos (dados com ajuste sazonal).

Já as vendas de veículos pesados (ônibus e caminhões) atingiram 133,6 mil unidades no 2º trimestre de 2014, registrando recuo de 7,8% em relação ao mesmo trimestre do ano passado, com forte queda de 13,4% no segmento de novos e retração de 5,1% no mercado de usados. Na comparação com o trimestre anterior, houve expansão de 5,4% no mercado de pesados novos e de 1,8% no segmento de pesados usados (dados ajustados sazonalmente).

Ainda de acordo com a Fenabrave, as vendas de motos no 2º trimestre de 2014 totalizaram 1,0 milhão de unidades, incluindo novas e usadas, apresentando estabilidade em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (queda de 9,2% no segmento de motos novas e alta de 6,1% no mercado de usadas). Na comparação com o trimestre anterior, houve retração de 7,0% no mercado de motos novas e alta de 1,0% no segmento de motos usadas (dados ajustados sazonalmente).

O financiamento de veículos permanece sendo o principal mercado de atuação da Companhia. No 1º semestre de 2014, foram concedidos R\$3.115,9 milhões em novos financiamentos de veículos, valor 5,9% menor do que os R\$3.310,7 milhões originados no mesmo semestre do ano anterior. No 2º trimestre de 2014, foram concedidos R\$1.556,0 milhões em novos financiamentos, incluindo as operações de arrendamento mercantil, valor 0,3% menor do que os R\$1.559,9 milhões originados no trimestre anterior e 11,1% menor do que os R\$1.750,5 milhões originados no 2º trimestre de 2013, em função do momento do mercado de financiamento de veículos.

O Banco está ativamente presente em 7.680 concessionárias autorizadas e lojas multimarcas de veículos novos e usados, com alto grau de pulverização da originação de financiamentos, onde os 10 maiores grupos de concessionárias e revendedoras respondem por apenas 11,0% da originação total. Sua estratégia em veículos leves tem sido orientada pela busca de participação relevante tanto no segmento de automóveis novos como no de usados. Neste sentido, cabe destacar que, no 1º semestre de 2014, o financiamento de automóveis nas concessionárias respondeu por 56,4% do financiamento de veículos leves e 46,0% do financiamento total de veículos, percentuais comparados, respectivamente, aos 61,3% e 50,7% do 1º semestre de 2013. No 2º trimestre de 2014, o financiamento de automóveis nas concessionárias respondeu por 56,3% dos financiamentos de veículos leves e 46,0% do financiamento total de veículos no período, percentuais comparados, respectivamente, aos 56,5% e 45,9% do trimestre anterior e aos 63,2% e 53,1% do 2º trimestre de 2013.

Os financiamentos de veículos pesados tiveram produção média mensal de R\$40,6 milhões no 1º semestre de 2014, 11,3% acima do 1º semestre de 2013. No 2º trimestre de 2014, a produção média mensal de veículos pesados foi de R\$42,7, 10,9% acima do trimestre anterior e 25,2% acima do 2º trimestre de 2013.

Os financiamentos de motos, por sua vez, tiveram produção média mensal de R\$55,3 milhões no 1º semestre de 2014, 6,5% abaixo do 1º semestre de 2013, e média mensal de R\$52,2 milhões no 2º trimestre de 2014, 10,6% abaixo do trimestre anterior e 11,2% abaixo do 2º trimestre de 2013.

A atual administração do Pan trabalha desde o seu início no aprimoramento dos modelos de aprovação, sistemas e processos de crédito do Banco. Como fruto deste trabalho, vem sendo alcançada uma melhoria substancial da qualidade das carteiras originadas, como demonstram os indicadores antecedentes de qualidade das safras originadas desde o 2º semestre de 2011.

Crédito Pessoal

De acordo com o Bacen, o saldo de crédito pessoal total (consignado e não-consignado) totalizou R\$340,2 bilhões no 2º trimestre de 2014, acumulando altas reais de 1,6% e 4,7% em relação ao trimestre anterior e na comparação com o mesmo período de 2013, respectivamente. A modalidade representa 44,9% do saldo de crédito livre para as famílias.

A carteira de crédito consignado atingiu R\$238,0 bilhões no 2º trimestre de 2014, registrando variações reais de 2,1% e 6,7% em relação ao trimestre anterior em no comparativo anual, respectivamente. Dentre os três segmentos que compõem o crédito consignado, o estoque de crédito para servidores públicos foi o que registrou maior expansão real anual, com aumento de 7,3%, seguido por beneficiários do INSS, com expansão de 7,0%, e trabalhadores privados com avanço de 1,2%. Destaca-se que os empréstimos para servidores públicos representam 61,8% do estoque de crédito consignado total.

Já o saldo de crédito pessoal não-consignado alcançou R\$102,2 bilhões, registrando avanço real de 0,3% em relação ao 1º trimestre de 2014 e expansão de 0,3% real em 12 meses.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias atingiu, no 2º trimestre de 2014, 3,9% do saldo de crédito pessoal total, estável em relação ao trimestre anterior e com recuo de 0,3p.p. nos últimos 12 meses. A inadimplência recuou, no comparativo anual, tanto no segmento não-consignado quanto no segmento com consignação em folha de pagamento. Destaque para a queda de 0,3p.p. em 12 meses no segmento de consignado para servidores públicos, atingindo 2,5% do saldo no período.

O Pan concedeu R\$1.896,9 milhões em novos créditos consignados para servidores públicos e beneficiários do INSS no 1º semestre de 2014, valor 37,2% maior do que os R\$1.382,4 milhões do 1º semestre de 2013. No 2º trimestre de 2014, a produção de crédito consignado atingiu R\$845,8 milhões, valor 19,5% menor do que os R\$1.051,1 milhões do 1º trimestre de 2014 e 5,3% acima dos R\$803,1 milhões originados no 2º trimestre de 2013, influenciado por alguns fatores, por exemplo, nova dinâmica trazida pela portabilidade. Os segmentos de crédito pessoal e crédito direto ao consumidor responderam pela concessão de R\$241,9 milhões em novos financiamentos no 1º semestre de 2014, com redução de 16,3% em relação ao mesmo semestre do ano anterior. Houve redução, no 2º trimestre de 2014, de 4,6% em relação ao trimestre anterior e de 19,9% em relação ao mesmo trimestre de 2013.

Empresas

De acordo com o Bacen, o saldo de crédito livre para empresas totalizou R\$765,3 bilhões no 2º trimestre de 2014, registrando variações reais de 0,1% e -1,3% em relação ao 1º trimestre de 2014 e em 12 meses, respectivamente. Esta carteira representa, atualmente, 15,2% do PIB, recuo de 0,3p.p. em 12 meses. Dentre as modalidades de financiamento às empresas, a carteira de capital de giro totalizou R\$389,0 bilhões, representando 50,8% do saldo de crédito livre PJ.

A taxa de inadimplência acima de 90 dias do crédito livre para as empresas representou 3,4% da carteira de crédito no 2º trimestre de 2014, registrando alta de 0,1p.p. na comparação com o trimestre anterior, e recuo de 0,1p.p. no comparativo anual. Os atrasos no segmento de capital de giro avançaram 0,1p.p. em relação ao mesmo período de 2013, atingindo o patamar de 3,8% do saldo no 2º trimestre de 2014.

A concessão de novos financiamentos do Pan para empresas foi de R\$1.721,0 milhões no 1º semestre de 2014, valor 5,2 % maior do que os R\$1.635,9 milhões do mesmo semestre de 2013. No 2º trimestre de 2014, a originação para empresas foi de R\$949,9 milhões, valor 23,2% acima dos R\$771,2 milhões do trimestre anterior e 11,9% acima dos R\$848,7 milhões do 2º trimestre de 2013.

Desta forma, a carteira de crédito para empresas, incluindo avais e fianças, atingiu R\$3.680,8 milhões no final de junho, com aumento de 9,4% em relação ao trimestre anterior e expansão de 23,0% em relação ao 2º trimestre de 2013. O saldo das operações em dólares de ACC era de R\$373,9 milhões no final de junho de 2014, contra R\$330,3 milhões no final de março, representando um aumento de 13,2% no trimestre, e R\$401,1 milhões no 2º trimestre de 2013, representando decréscimo de 6,8% em relação ao mesmo período de 2013.

A carteira de crédito expandida para empresas, incluindo as aplicações em títulos privados no valor de R\$21,5 milhões, atingiu R\$3.702,2 milhões no final do 2º trimestre de 2014.

Crédito Imobiliário

O saldo de crédito imobiliário PF (taxas livres + taxas reguladas) totalizou R\$384,5 bilhões no 2º trimestre de 2014, crescimento real de 5,0% em relação ao trimestre anterior e avanço de 21,0% em relação ao mesmo período de 2013. Desse total, R\$345,8 bilhões correspondem a recursos com taxas reguladas, com crescimento de 5,3% e 21,5% no comparativo com o trimestre anterior e em 12 meses, respectivamente. O saldo de crédito

imobiliário contratado a taxas de mercado atingiu R\$38,8 bilhões, crescimento real de 2,2% e de 16,1% em relação ao 1º trimestre de 2014 e no comparativo anual, respectivamente. A modalidade conta com uma das menores taxas de atrasos do segmento de financiamento para as famílias: a inadimplência acima de 90 dias atingiu, no 2º trimestre de 2014, 1,8% da carteira de crédito imobiliário, estabilidade em relação ao 1º trimestre de 2014 e recuo de 0,2p.p. em 12 meses. No 2º trimestre de 2014, o crédito imobiliário PF correspondeu a 7,7% do PIB, avanço de 1,1p.p. nos últimos 12 meses.

A concessão de financiamentos imobiliários foi de R\$364,2 milhões no 1º semestre de 2014, valor 8,9 % menor do que os R\$399,7 milhões do mesmo semestre de 2013. No 2º trimestre de 2014, foram originados R\$160,4 milhões em financiamentos imobiliários, volume 21,3% inferior ao trimestre anterior e 28,1% abaixo do 2º trimestre de 2013, sendo: (i) R\$134,4 milhões em créditos concedidos para pessoas físicas dos quais R\$73,4 milhões em operações de refinanciamento (Crédito Fácil), R\$58,2 milhões para a aquisição de imóveis e R\$2,9 milhões em outras modalidades; e (ii) R\$26,0 milhões em créditos adquiridos pela Brazilian Securities Companhia de Securitização (“Brazilian Securities”) para securitização. Estas reduções decorrem do aperfeiçoamento da esteira de produção, como já ocorreu durante o processo de melhoria de outras linhas de negócio do Banco.

A carteira de crédito imobiliário atingiu R\$644,4 milhões no final de junho deste ano. Este valor é 7,0% maior do que o saldo da carteira de R\$602,2 milhões acumulada no final do trimestre anterior e 23,7% maior do que o saldo da carteira de R\$521,1 milhões no 2º trimestre de 2013.

Cartões

A base de cartões de crédito fechou o 2º trimestre de 2014 com 1,8 milhão de plásticos. No 1º semestre de 2014, foram emitidos 79,9 mil novos cartões de crédito convencionais e 25,3 mil novos cartões de crédito consignado. No 2º trimestre de 2014, foram emitidos 42,0 mil novos cartões de crédito convencionais e 10,6 mil novos cartões de crédito consignado.

O volume transacionado com os cartões de crédito Pan atingiu o montante de R\$740,2 milhões no 2º trimestre de 2014, 15,6% maior do que no mesmo período de 2013 e 9,0% maior comparado ao trimestre anterior.

No 2º trimestre de 2014, a despesa administrativa apresentou redução de 3,2% em relação ao 1º trimestre de 2014. Já a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou aumento de 5,9% em relação ao trimestre anterior.

Seguros

No 1º semestre de 2014, os prêmios de seguros totalizaram R\$94,5 milhões, com aumento de 12,5% em relação aos R\$83,9 milhões do mesmo período de 2013. Os prêmios de seguros totalizaram R\$45,2 milhões no 2º trimestre de 2014, com redução de 8,3% em relação aos prêmios de R\$49,3 milhões do trimestre anterior e crescimento de 8,2% na comparação com o 2º trimestre de 2013, quando os prêmios totalizaram R\$41,8 milhões.

Os principais produtos da Pan Seguros S.A. (“Pan Seguros”) neste trimestre, com seus prêmios e participações no total, foram: (i) o seguro de proteção de crédito (Pan Protege), com R\$28,9 milhões e 64,0%; (ii) o seguro DPVAT, com R\$11,6 milhões e 25,6%; (iii) o seguro habitacional, com R\$2,2 milhões e 4,8%; (iv) o seguro de proteção e acidentes pessoais para cartões, com R\$1,9 milhão e 4,2%; e (v) os consórcios com R\$0,2 milhão e 0,4%.

As despesas administrativas da Pan Seguros somaram R\$7,5 milhões no 2º trimestre de 2014, com aumento de 6,5% em relação ao trimestre anterior e de 1,0% em relação ao mesmo período de 2013. Desta forma, o resultado operacional da Pan Seguros foi de R\$24,1 milhões no trimestre, com crescimento de 34,0% se comparado ao resultado de R\$18,0 milhões do trimestre anterior, e aumento de 117,7% em relação ao resultado de R\$11,0

milhões no mesmo trimestre de 2013. No 1º semestre de 2014, o resultado operacional da Pan Seguros foi de R\$42,1 milhões, 54,7% acima do resultado operacional de R\$27,2 milhões do mesmo período de 2013.

O lucro líquido consolidado da Pan Seguros no 2º trimestre de 2014 foi de R\$16,4 milhões. Desta forma, o resultado ficou 26,9% acima dos R\$12,9 milhões do trimestre anterior e 109,5% acima dos R\$7,8 milhões do mesmo trimestre de 2013. No 1º semestre de 2014, o lucro líquido consolidado da Pan Seguros foi de R\$29,2 milhões, 47,6% acima do lucro líquido de R\$19,8 milhões do mesmo período de 2013.

O Patrimônio Líquido da Pan Seguros atingiu R\$151,5 milhões em 30 de junho de 2014, 10,5% acima dos R\$137,1 milhões do 1º trimestre de 2014 e 2,2% abaixo dos R\$154,9 milhões do 1º semestre de 2013. É válido lembrar que, no 1º trimestre de 2014, foram distribuídos R\$55,0 milhões em dividendos existentes na conta de reservas estatutárias.

Captação de Recursos

Os recursos captados totalizaram R\$18,8 bilhões em junho de 2014, 2,5% acima do saldo de R\$18,3 bilhões no final do 1º trimestre de 2014 e 9,3% acima do saldo de R\$17,2 bilhões no final do 2º trimestre de 2013, acompanhando as necessidades de financiamento dos ativos. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos a prazo e interbancários, que representavam R\$11,2 bilhões, ou 59,6% do total; (ii) as letras de crédito imobiliário e do agronegócio, que correspondiam a R\$2,3 bilhões, ou 12,0% do total; (iii) as letras financeiras, que representavam R\$2,1 bilhões, ou 11,1% do total; (iv) as emissões de títulos no exterior, no valor de R\$1,8 bilhão, representando 9,8% do total; (v) os empréstimos no Brasil e exterior, que correspondiam a R\$324,7 milhões, ou 1,7% do total e (vi) as cessões de créditos com coobrigação, que correspondiam a R\$244,8 milhões, ou 1,3% do total.

Auxiliado pela melhor percepção de risco decorrente da sua nova estrutura de controle acionário, o Banco vem conseguindo reduzir seus custos de captação, praticando taxas competitivas de mercado na emissão de novos certificados de depósitos a prazo. Como consequência, o saldo de captações através de depósitos a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos (“DPGE I”) manteve sua trajetória de redução, terminando o 2º trimestre de 2014 em R\$216,7 milhões, 5,2% abaixo dos R\$228,7 milhões do final do 1º trimestre de 2014 e 56,3% abaixo dos R\$495,4 milhões do 2º trimestre do ano anterior.

O saldo de captações através de cessões de carteiras de crédito com coobrigação vem sendo gradualmente reduzido à medida que as carteiras cedidas no passado vencem, e que o Pan não realizou mais tais cessões sob a atual administração. Assim, o saldo de R\$244,8 milhões em carteiras cedidas com coobrigação ao final do 2º trimestre apresentou uma redução importante de 33,8% em comparação ao saldo de R\$369,9 milhões no final do trimestre anterior e uma queda de 69,2% em relação ao saldo de R\$796,2 milhões no final do 2º trimestre de 2013.

Em 30 de junho de 2014, os depósitos a prazo eram compostos por captações junto a: (i) administradores de recursos e investidores institucionais, com participação de 74,1%; (ii) pessoas físicas, com 16,2%; e (iii) pessoas jurídicas, com 8,3%. De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Pan declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” em suas demonstrações financeiras.

Custos e Despesas

A soma das despesas de pessoal, tributárias e outras despesas administrativas alcançou R\$784,6 milhões no 1º semestre de 2014, comparada a R\$770,4 milhões no 1º semestre de 2013. No 2º trimestre de 2014, as referidas despesas alcançaram R\$390,4 milhões comparadas a R\$394,3 milhões no 1º trimestre de 2014 e aos R\$400,5

milhões no 2º trimestre de 2013, apresentando uma redução no curto e longo prazo, mantendo sua trajetória de declínio em termos reais (descontada a inflação).

A adequação da estrutura de custos do Pan à sua capacidade de originação de receitas é analisada de forma contínua. Assim, a estrutura de custos do Banco está dimensionada conforme as atuais expectativas da administração para os futuros volumes e margens de operações de crédito. Caso o ambiente econômico e mercadológico interfira na evolução do nosso plano de negócios, medidas adicionais de ajuste de custos serão tomadas para garantir tal adequação, como comprovam as recentes mudanças na estrutura organizacional.

Lucro Líquido, Patrimônio e Alavancagem

O Pan apresentou no 2º trimestre de 2014 um resultado negativo de R\$70,4 milhões no balanço consolidado, comparado ao resultado negativo de R\$78,6 milhões no trimestre anterior e ao resultado positivo de R\$12,7 milhões no mesmo trimestre de 2013.

Os resultados trimestrais citados são impactados pelos volumes de cessões de carteiras de crédito sem coobrigação realizadas em cada período. Assim, houve cessões de carteiras de crédito imobiliário, crédito direto ao consumidor e crédito consignado no valor total de R\$1.884,4 milhões no 2º trimestre de 2014, sem coobrigação, comparadas à cessão sem coobrigação de carteiras de crédito imobiliário, crédito direto ao consumidor e crédito consignado no valor total de R\$876,9 milhões no trimestre anterior e carteiras de crédito imobiliário, crédito direto ao consumidor e crédito consignado no valor total de R\$1.559,2 milhões no 2º trimestre de 2013. No 2º trimestre de 2014, a margem financeira líquida foi de 12,1%, comparada a 11,7% no 1º trimestre de 2014 e 14,8% no mesmo trimestre de 2013.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$487,6 milhões no 1º semestre de 2014, 8,5% menor do que a despesa de R\$533,1 milhões no mesmo semestre do ano anterior. No 2º trimestre de 2014, a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$251,5 milhões, 6,6% maior do que a despesa de R\$236,0 milhões no trimestre anterior e 11,6% maior do que a despesa de R\$225,4 milhões do 2º trimestre de 2013.

O aumento da recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa contribuiu positivamente para o resultado. A receita de recuperação de créditos em atraso atingiu R\$135,4 milhões no 1º semestre de 2014, valor 49,2% maior que os R\$90,7 milhões do mesmo semestre do ano anterior. No 2º trimestre de 2014, a receita de recuperação de créditos em atraso atingiu R\$70,2 milhões, valor 7,7% maior que os R\$65,2 milhões do trimestre anterior e 39,7 % maior do que os R\$50,2 milhões do mesmo trimestre de 2013. Assim, a despesa líquida de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$352,1 milhões no 1º semestre de 2014, 20,4% inferior à despesa líquida de R\$442,4 milhões no mesmo semestre do ano anterior. No 2º trimestre de 2014, despesa líquida de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R\$181,3 milhões, valor 6,1% maior que os R\$170,8 milhões do trimestre anterior e 3,5 % maior do que os R\$175,2 milhões do mesmo trimestre de 2013.

O Patrimônio Líquido Consolidado do Pan era de R\$2.156,9 milhões em junho de 2014, comparado aos R\$2.226,0 milhões em março de 2014 e aos R\$2.523,3 milhões em junho de 2013. O Índice de Basileia do Conglomerado Financeiro era de 11,5% em 30 de junho de 2014, comparado a 12,1% em 31 de março de 2014 e 14,5% em 30 de junho de 2013, lembrando que os acordos operacionais de cessão de crédito sem coobrigação possibilitam operar com total segurança em níveis mais baixos deste indicador. O valor da Margem Operacional no 2º trimestre foi de R\$40,6 milhões para o Conglomerado Financeiro.

Conforme mencionado anteriormente, o Conselho de Administração aprovou o Aumento em ON e PN em até R\$1,5 bilhão, que irá reforçar a base de capital do Banco, possibilitando o crescimento de sua carteira de crédito em linha com sua estratégia de longo prazo.

A partir de outubro de 2013, o cálculo do índice de Basileia passou a ser exigido apenas do Conglomerado Financeiro, eliminando-se a necessidade do cálculo para o Consolidado Econômico Financeiro, conforme resoluções nº 4.192 e 4.193/13 do CMN.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 03 de julho de 2014, o Bacen homologou a eleição do Sr. Marcelo Terrazas como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia.

Em 25 de julho de 2014, a Companhia informou aos seus acionistas e o mercado que: (i) durante o período de exercício do direito de preferência do Aumento de capital em ON e PN, foram subscritas 242.566.343 ações ordinárias e 93.992.943 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$3,38 por ação ordinária ou preferencial, totalizando o montante de R\$1,1 bilhão, dos quais R\$19,9 milhões referem-se às subscrições condicionadas e (ii) Início do período de rateio de sobras que irá até o dia 08 de Agosto de 2014, uma vez que, não foram subscritas, durante o período de exercício do direito de preferência, 5 ações ordinárias e 107.227.691 ações preferenciais.

Em 31 de julho de 2014, a Companhia informou aos acionistas e ao mercado que a mudança da razão social para Banco Pan S.A. foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e conseqüentemente, o Banco passou a adotá-la oficialmente a partir de 1º de agosto de 2014, alterando também os códigos de negociação das ações e recibos de subscrições de ações de emissão do Banco Pan, bem como o nome de pregão na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”).

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o Pan não contratou no trimestre e nem teve serviços prestados pela PwC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios do Pan, e aos nossos clientes, investidores e parceiros, que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

São Paulo, 4 de agosto de 2014.

ATIVO	Nota explicativa				PASSIVO	Nota explicativa			
		30/6/2014	31/3/2014	30/6/2013			30/6/2014	31/3/2014	30/6/2013
CIRCULANTE		9.699.758	9.276.968	10.098.048	CIRCULANTE		14.156.897	14.064.449	12.374.333
Disponibilidades	5	53.810	50.856	41.724	Depósitos	17.a	9.732.014	8.385.666	6.808.218
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	925.317	688.387	2.248.513	Depósitos à vista		129.428	171.440	124.424
Aplicações no mercado aberto		806.998	559.997	2.097.134	Depósitos interfinanceiros		8.382.618	7.146.232	5.166.145
Aplicações em depósitos interfinanceiros		118.319	128.390	151.379	Depósitos a prazo		1.219.968	1.067.994	1.517.649
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	805.148	613.317	466.556	Captações no mercado aberto	17.b	296.597	807.975	1.419.908
Carteira própria	7.a	380.378	256.939	274.254	Carteira própria		296.597	310.976	614.739
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	326.941	246.590	137.827	Carteira de terceiros		-	496.999	690.597
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	23.360	23.036	23.727	Carteira livre movimentação		-	-	114.572
Vinculados a prestação de garantias		74.467	86.750	30.746	Recursos de aceites e emissão de títulos	17.c	2.627.319	3.045.985	2.238.592
Outras aplicações		2	2	2	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		2.610.103	3.039.860	2.197.910
Relações interfinanceiras		53.900	55.854	26.462	Recursos de debêntures		-	-	27.356
Pagamentos e recebimentos a liquidar		11.627	11.616	10.503	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		17.216	6.125	13.326
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		2.774	2.580	1.357	Relações interfinanceiras		140.023	144.149	153.863
Correspondentes no país		39.499	41.658	14.602	Recebimentos e pagamentos a liquidar		3.422	3.811	5.054
Operações de crédito	8	5.820.144	5.653.058	4.712.915	Correspondentes no país	18	136.601	140.338	148.809
Operações de crédito - setor privado		6.412.008	6.235.759	5.628.473	Relações interdependências		2.033	16.823	11.654
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(591.864)	(582.701)	(915.558)	Recursos em trânsito de terceiros		2.033	16.823	11.654
Operações de arrendamento mercantil	8	50.727	64.968	107.569	Obrigações por empréstimos	19.a	169.780	234.407	106.872
Operações de arrendamento a receber		60.102	77.739	132.851	Empréstimos no país - Outras Instituições		1.639	1.447	1.296
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	(9.375)	(12.771)	(25.282)	Empréstimos no exterior		168.141	232.960	105.576
Outros créditos		1.756.242	1.912.604	2.326.715	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	6.953	2.522	1.721
Carteira de câmbio	9.a	387.895	335.314	417.614	Instrumentos financeiros derivativos		6.953	2.522	1.721
Rendas a receber		73	10	156	Outras obrigações		1.182.178	1.426.922	1.633.505
Negociação e intermediação de valores		2.930	3.504	5.981	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		8.880	21.116	5.685
Prêmios de seguros a receber		14.740	12.237	12.009	Sociais e estatutárias		-	9	1.813
Recebíveis imobiliários	10	49.899	53.792	45.434	Fiscais e previdenciárias	22.a	127.960	126.670	188.004
Títulos e créditos a receber	8 e 12	587.648	578.559	488.252	Provisões técnicas de seguros e previdência	23.e	171.522	167.290	141.735
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(46.850)	(42.110)	(58.034)	Negociação e intermediação de valores		115.415	133.678	134.190
Diversos	12	759.907	971.298	1.415.303	Dívidas subordinadas	20	79.156	101.493	85.632
Outros valores e bens		234.470	237.924	167.594	Diversas	22.b	679.245	876.666	1.076.446
Outros valores e bens	13.a	129.578	143.600	161.368					
(Provisão para desvalorização)	13.a	(40.811)	(51.760)	(105.607)					
Despesas antecipadas	13.b	145.703	146.084	111.833					

ATIVO	Nota explicativa				PASSIVO	Nota explicativa			
		30/6/2014	31/3/2014	30/6/2013			30/6/2014	31/3/2014	30/6/2013
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		12.677.660	12.648.182	11.025.149	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		6.363.803	5.937.488	6.535.221
Aplicação interfinanceira de liquidez	6.a	36.029	19.576	34.927	Depósitos	17.a	1.579.259	1.487.048	1.337.437
Aplicações no mercado aberto		-	-	4.166	Depósitos interfinanceiros		48.690	43.108	32.832
Aplicações em depósitos interfinanceiros		36.029	19.576	30.761	Depósitos a prazo		1.530.569	1.443.940	1.304.605
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	950.413	1.057.306	1.552.131	Captações no mercado aberto	17.b	393.185	30.484	12.550
Carteira própria	7.a	471.587	550.198	635.982	Carteira própria		213.701	30.484	12.550
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	239.721	216.673	538.807	Carteira de terceiros		179.484	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	117.648	141.948	235.855	Recursos de aceites e emissão de títulos	17.c	2.249.120	2.367.980	2.638.672
Vinculados a prestação de garantias		121.457	148.487	141.487	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.613.395	1.714.792	1.985.833
Operações de crédito	8	8.023.476	8.212.042	6.734.794	Recursos de debêntures		-	-	13.333
Operações de crédito - setor privado		8.339.495	8.537.128	7.178.012	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		635.725	653.188	639.506
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(316.019)	(325.086)	(443.218)	Obrigações por empréstimos	19.a	154.938	213.150	321.560
Operações de arrendamento mercantil	8	17.459	25.771	72.636	Empréstimos no país - Outras instituições		100.000	100.000	100.000
Operações de arrendamento a receber		20.686	30.838	83.325	Empréstimos no exterior		54.938	113.150	221.560
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.d	(3.227)	(5.067)	(10.689)	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	55.886	34.536	1.993
Outros créditos		3.327.545	2.990.217	2.344.464	Instrumentos financeiros derivativos		55.886	34.536	1.993
Carteira de câmbio	9.a	-	6.180	-	Outras obrigações		1.931.415	1.804.290	2.223.009
Créditos específicos		2.040	4.785	3.651	Carteira de câmbio		-	6.180	-
Negociação e intermediação de valores		-	-	15	Fiscais e previdenciárias	22.a	151.660	144.177	764.394
Recebíveis imobiliários	10	120.637	153.542	111.564	Negociação e intermediação de valores		2.624	39.549	6.824
Benefício residual em operações securitizadas	11	12.112	12.595	14.105	Provisões técnicas de seguros e previdência	23.e	26.239	27.574	32.631
Títulos e créditos a receber	8 e 12	19.670	21.879	35.529	Dívidas subordinadas	20	1.226.521	1.253.072	1.219.453
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.d	(526)	(606)	(205)	Diversas	22.b	524.371	333.738	199.707
Diversos	12	3.173.612	2.791.842	2.179.805	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		1.977	2.247	2.825
Outros valores e bens		322.738	343.270	286.197	Resultados de exercícios futuros		1.977	2.247	2.825
Despesas antecipadas	13.b	322.738	343.270	286.197	PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		17	20	20
PERMANENTE		302.158	305.059	312.474	Participação de acionistas minoritários		17	20	20
Investimentos		1.193	777	788	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.156.882	2.226.005	2.523.272
Outros investimentos	14.b	1.193	777	788	Capital social	24	2.867.020	2.867.020	2.867.020
Imobilizado de uso	15	63.652	63.936	23.194	De domiciliados no país		2.602.550	2.604.603	2.513.213
Imóveis de uso		2.530	2.530	2.530	De domiciliados no exterior		264.470	262.417	353.807
Outras imobilizações de uso		108.618	106.419	58.097	Aumento de capital		1.500.000	-	-
(Depreciações acumuladas)		(47.496)	(45.013)	(37.433)	(-)Capital a Realizar		(1.500.000)	-	-
Intangível	16.b	237.313	240.346	288.492	TOTAL DO ATIVO		22.679.576	22.230.209	21.435.671
Ativos intangíveis		317.700	309.612	346.003	TOTAL DO PASSIVO		22.679.576	22.230.209	21.435.671
(Amortizações acumuladas)		(80.387)	(69.266)	(57.511)					

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais consolidadas.

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2014			2013
		2º Trimestre	1º Trimestre	1º Semestre	1º Semestre
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
		<u>1.194.682</u>	<u>1.066.847</u>	<u>2.261.529</u>	<u>2.292.151</u>
Rendas de operações de crédito	8.h	1.133.430	999.827	2.133.257	1.977.571
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.h	9.238	10.463	19.701	36.271
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.d	50.610	56.502	107.112	202.412
Resultado de operação de câmbio	9.b	1.404	55	1.459	75.897
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
		<u>(751.037)</u>	<u>(662.283)</u>	<u>(1.413.320)</u>	<u>(1.257.246)</u>
Operações de captação no mercado	17.d	(415.682)	(386.182)	(801.864)	(653.557)
Operações de empréstimos e repasses	19.b	(13.063)	1.027	(12.036)	(49.212)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.c	(70.778)	(41.089)	(111.867)	(21.362)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.d	(251.514)	(236.039)	(487.553)	(533.115)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA					
		<u>443.645</u>	<u>404.564</u>	<u>848.209</u>	<u>1.034.905</u>
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
		<u>(544.980)</u>	<u>(523.634)</u>	<u>(1.068.614)</u>	<u>(938.924)</u>
Receitas de prestação de serviços	25	89.722	86.207	175.929	187.210
Resultado de equivalência patrimonial	11.a	-	-	-	-
Receita de prêmios ganhos de seguros	23.f	45.863	46.584	92.447	60.317
Despesas de sinistros retidos	23.e	(11.206)	(17.221)	(28.427)	(25.104)
Despesas de pessoal	26	(97.395)	(112.592)	(209.987)	(202.310)
Outras despesas administrativas	27	(339.711)	(270.069)	(609.780)	(622.351)
Despesas tributárias	28	(42.380)	(49.837)	(92.217)	(105.420)
Outras receitas operacionais	29.a	29.549	22.716	52.265	137.880
Outras despesas operacionais	29.b	(219.422)	(229.422)	(448.844)	(369.146)
RESULTADO OPERACIONAL					
		<u>(101.335)</u>	<u>(119.070)</u>	<u>(220.405)</u>	<u>95.981</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL					
	30	<u>(13.951)</u>	<u>(14.354)</u>	<u>(28.305)</u>	<u>(30.882)</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES					
		<u>(115.286)</u>	<u>(133.424)</u>	<u>(248.710)</u>	<u>65.099</u>
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
	34.a	<u>44.930</u>	<u>54.791</u>	<u>99.721</u>	<u>(13.347)</u>
Provisão para imposto de renda		(15.768)	3.136	(12.632)	(66.497)
Provisão para contribuição social		(10.333)	(6.679)	(17.012)	(37.894)
Ativo fiscal diferido		71.031	58.334	129.365	91.044
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS					
		<u>1</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>1</u>
(PREJUÍZO)/ LUCRO LÍQUIDO					
		<u><u>(70.355)</u></u>	<u><u>(78.632)</u></u>	<u><u>(148.987)</u></u>	<u><u>51.753</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais consolidadas.

BANCO PAN S.A. - CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS TRIMESTRES EM 30/06/2014 E 31/03/2014 E SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2014 E 30/06/2013

(Em milhares de reais - R\$)

	2014		2013	
	2º Trimestre	1º Trimestre	1º Semestre	1º Semestre
RECEITAS	781.667	652.744	1.434.412	1.539.547
Intermediação financeira	1.194.682	1.066.847	2.261.529	2.292.151
Prestação de serviços	89.722	86.207	175.929	187.210
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(251.514)	(236.039)	(487.553)	(533.115)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(251.223)	(264.271)	(515.494)	(406.699)
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(499.523)	(426.244)	(925.767)	(724.131)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(230.719)	(172.088)	(402.807)	(396.520)
Materiais, energia e outros	(507)	(653)	(1.160)	(1.876)
Serviços de terceiros	(47.552)	(42.895)	(90.447)	(86.569)
Comissões pagas a lojistas e promotores	(182.660)	(128.540)	(311.200)	(308.075)
VALOR ADICIONADO BRUTO	51.425	54.412	105.838	418.896
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(14.527)	(12.697)	(27.224)	(22.017)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	36.898	41.715	78.614	396.879
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	36.898	41.715	78.614	396.879
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	36.898	41.715	78.614	396.879
Pessoal	83.613	97.114	180.726	176.104
Remuneração direta	63.050	76.267	139.317	141.024
Benefícios	14.413	14.239	28.652	26.131
FGTS	4.831	5.078	9.909	7.876
Outros	1.319	1.530	2.848	1.073
Impostos, taxas e contribuições	11.424	11.011	22.435	145.608
Federal	2.618	2.078	4.696	127.679
Estadual	170	101	271	126
Municipal	8.636	8.832	17.468	17.803
Remuneração de capitais de terceiros	12.214	12.223	24.437	23.415
Aluguéis	12.214	12.223	24.437	23.415
Remuneração de capitais próprios	(70.354)	(78.633)	(148.985)	51.752
Prejuízo / Lucros retidos	(70.355)	(78.632)	(148.987)	51.753
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	1	(1)	2	(1)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONTROLADOR
PARA OS TRIMESTRES EM 30/06/2014 E 31/03/2014 E SEMESTRES FINDOS EM 30/06/2014 E 30/06/2013

(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
				Legal	Para Integridade do Patrimônio Líquido			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.867.020	-	-	-	-	(978)	(313.633)	2.552.409
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(376)	-	(376)
Prejuízo	-	-	-	-	-	-	(19.089)	(19.089)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	2.867.020	-	-	-	-	(1.354)	(332.722)	2.532.944
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.867.020	-	-	-	-	(16.286)	(542.681)	2.308.053
Aumento de Capital - (Nota 24a)	-	1.500.000	-	-	-	-	-	1.500.000
Capital a Integralizar - (Nota 24a)	-	(1.500.000)	-	-	-	-	-	(1.500.000)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	1.007	-	1.007
Prejuízo	-	-	-	-	-	-	(152.180)	(152.180)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	2.867.020	-	-	-	-	(15.279)	(694.859)	2.156.882

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

	2014		2013	
	2º Trimestre	1º Trimestre	1º Semestre	1º Semestre
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO	(70.355)	(78.632)	(148.987)	51.753
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:				
Depreciações e amortizações	8.264	6.434	14.698	9.491
Amortização de ágio	6.263	6.263	12.526	12.526
Constituição de provisão para contingências	52.485	42.962	95.447	123.978
Provisão (reversão) para desvalorização de bens não de uso próprio	(9.968)	(5.598)	(15.566)	6.682
Prejuízo na venda de bens não de uso próprio	24.122	20.024	44.146	24.222
Perda por <i>impairment</i>	-	-	-	1.310
(Ganho) na venda de imobilizado	(2)	-	(2)	(22)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	251.514	236.039	487.553	533.115
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(44.930)	(54.791)	(99.721)	13.347
Provisões técnicas de seguros e previdência	2.897	11.927	14.824	30.420
Lucro líquido ajustado	220.290	184.628	404.918	806.822
Variação de Ativos e Passivos:				
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(6.382)	205.734	199.352	(541.215)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	(107.685)	16.760	(90.925)	490.693
Redução/(Aumento) em instrumentos financeiros derivativos	49.758	76.737	126.495	(58.052)
(Aumento)/Redução em relações interfinanceiras	(2.172)	(12.979)	(15.151)	2.831
(Aumento) em operações de crédito	(230.034)	(1.406.437)	(1.636.471)	(2.053.428)
Redução em operações de arrendamento mercantil	22.552	25.111	47.663	93.829
(Aumento)/Redução em outros créditos	(109.933)	64.811	(45.122)	(115.377)
(Aumento) em outros valores e bens	(10.514)	(97.446)	(107.960)	(106.703)
Aumento em depósitos	1.438.559	607.409	2.045.968	1.531.527
(Redução)/Aumento em captações no mercado aberto	(148.677)	(248.538)	(397.215)	352.602
(Redução)/Aumento em outras obrigações	(314.951)	68.920	(246.031)	(300.759)
(Redução)/Aumento em relações interdependências	(14.790)	16.220	1.430	4.279
(Redução)/Aumento em resultado de exercícios futuros	(270)	(213)	(483)	1.282
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(USADO) DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	785.751	(499.283)	286.468	108.331
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Alienação de imobilizado de uso	19	-	19	24
Alienação de bens não de uso próprio	20.347	17.544	37.891	42.503
Aumento de capital de investimentos	(416)	-	(416)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(2.999)	(1.958)	(4.957)	(10.368)
Aplicações no intangível	(8.227)	(3.599)	(11.826)	(17.119)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	8.724	11.987	20.711	15.040
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
(Resgate)/Emissão de letras financeiras	(529.361)	139.644	(389.717)	748.863
(Redução)/Aumento de obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	(19.374)	(19.374)	15.488
(Redução)/Aumento de dívidas subordinadas	(47.755)	-	(47.755)	57.411
Emissão de letras de crédito do agronegócio	32.599	53.120	85.719	292.662
Variação nas participações minoritárias	(3)	(1)	(4)	(4)
CAIXA LÍQUIDO (USADO)/PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(544.520)	173.389	(371.131)	1.114.420
(REDUÇÃO)/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	249.955	(313.907)	(63.952)	1.237.791
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO TRIMESTRE	610.853	924.760	924.760	279.400
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO TRIMESTRE (nota explicativa nº 5)	860.808	610.853	860.808	1.517.191
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA				
Juros pagos	(751.282)	(554.096)	(1.305.378)	(758.616)
Juros recebidos	1.108.324	989.554	2.097.878	1.866.459
Transferência de ativos não de uso próprio	(13.902)	(11.827)	(25.729)	(51.941)
Ganhos/Perdas não realizados em títulos disponíveis para a venda	2.051	(371)	1.680	(627)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais consolidadas.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pan S.A. (“Banco”, “PAN” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado, financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, financiamento à empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento imobiliário a pessoas físicas, aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, seguros dos ramos prestamista, de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro desemprego), de vida em grupo e danos pessoais – DPVAT, e consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Ainda como estratégia de negócio e alternativa de “*funding*” para as suas operações, o Banco PAN adotou a política de cessão de créditos de sua carteira de crédito para outras instituições financeiras. A cessão de crédito faz parte da estratégia operacional da instituição, resultando no imediato reconhecimento das receitas e despesas destas operações (Nota 3g), bem como redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital. Os resultados estão refletidos nas informações trimestrais individuais em receitas de intermediação financeira, sendo a parcela correspondente às operações anteriormente feitas com FIDCs, eliminadas e apropriadas no prazo das operações de créditos, para fins de elaboração das informações trimestrais consolidadas, conforme mencionado na nota 2.

Demonstra-se a seguir a composição acionária atual do Banco PAN.

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	149.156.344	51,00	33.114.219	13,65	182.270.563	34,06
Caixa Participações S.A. - Caixapar	143.307.048	49,00	54.802.722	22,59	198.109.770	37,02
Conselho de Administração	5	-	105	-	110	-
Mercado	3	-	154.695.629	63,76	154.695.632	28,92
Total	292.463.400	100,00	242.612.675	100,00	535.076.075	100,00

Aquisição

a) Carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A.

Em 26/04/2013 o Banco PAN adquiriu, pelo valor de R\$ 351,0 milhões, os direitos creditórios sobre a carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S/A – em liquidação extrajudicial, originada por 237 convênios, dentre órgãos públicos das 3 esferas, quer da administração direta ou indireta, além de 7 convênios com empresas do setor privado, por meio de leilão público em lote único.

A referida carteira na época conta com aproximadamente 471 mil cartões emitidos, sendo 321 mil ativos. Com esta aquisição, a Companhia reforçou sua posição nos segmentos de cartões de crédito e crédito consignado.

A aquisição gerou um deságio de R\$ 27.424 e despesas com a aquisição de R\$ 17.550, que estão sendo apropriados ao resultado do Banco PAN, pelo prazo médio de liquidação da carteira adquirida.

2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS

As informações trimestrais consolidadas do Banco PAN estão sendo apresentadas em conjunto com as informações trimestrais do Banco e suas empresas controladas e entidades de propósito específico, representadas por fundos de investimentos em direitos creditórios FIDCs (“Consolidado”), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo “BACEN”, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Conselho Nacional de Seguros Privados (“CNSP”), da Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das informações trimestrais, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 (R2) – Demonstração do fluxo de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
5. CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; e
8. CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

As informações trimestrais consolidadas, referentes ao trimestre findo em 30/06/2014, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 04/08/2014.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

	Participação total %		
	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Controladas diretas:			
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	99,97	99,97	99,97
PAN Seguros S.A.	99,99	99,99	99,99
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	99,99	99,99	99,99
Panamericano Adm. e Corretagem de Seguros e de Prev. Privada Ltda	99,99	99,99	99,99
Ourinvest Real Estate Holding S.A.	100,00	100,00	100,00
Controladas indiretas:			
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	99,99	99,99	99,99
Brazilian Finance e Real Estate S.A.	100,00	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	99,99	99,99	99,99
BMSR II Participações S.A.	99,99	99,99	99,99
Brazilian Securities Companhia de Securitização	99,99	99,99	99,99
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	99,99	99,99	99,99
Entidades de Propósitos Específicos – EPEs:			
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CDC Veículos do Banco PAN (“Caixa CDC FIDC”) (a) (b)	-	-	100,00
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master CDC Veículos do Banco PAN (“Caixa Master CDC FIDC”) (a) (b)	-	-	100,00

(a) O percentual está representado pelas cotas subordinadas detidas pelo Banco. Para fins de apresentação das informações trimestrais consolidadas, os FIDCs foram consolidados conforme disposto na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício-Circular CVM nº 001/07; e

(b) Fundos FIDCs encerrados em 20/01/2014, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data.

Informações Trimestrais Consolidadas

Nas informações trimestrais consolidadas, foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e o resultado anteriormente originado das operações do Banco com os FIDCs. As participações de acionistas minoritários no Patrimônio Líquido e no resultado das controladas são apresentadas de forma destacada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado consolidado.

No processo de consolidação dos FIDCs o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de operações de crédito do Banco, com o correspondente registro do financiamento na rubrica de “Outras obrigações – diversas”, líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representado pelas cotas subordinadas antes mantidas pelo Banco nos FIDCs. O lucro não realizado oriundo das operações de cessões de crédito do Banco para os FIDCs foi eliminado integralmente como ajuste de rendas de operações de crédito.

Na rubrica “Rendas de operações de crédito”, na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de direitos creditórios apropriados pelos FIDCs, e o custo do financiamento, na rubrica “Operações de captação no mercado”. A receita auferida pelo Banco referente à variação de suas cotas mantidas nos fundos, originalmente registrada na rubrica “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, foi eliminada contra a rubrica “Operações de captação no mercado”, com o objetivo de anular seu efeito no custo de captação.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica “Resultado de operações de arrendamento mercantil”.

Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDCs”) – Considerando que o controle sobre os recebíveis cedidos aos Fundos permanecia sob a responsabilidade do Banco (recebimento, repasse e cobrança) e que o mesmo atendia a outras condições para consolidação previstas na Instrução CVM nº 408/04 e no Ofício Circular CVM nº 001/07, a Administração do Banco consolidou as informações trimestrais dos FIDCs às informações trimestrais consolidadas.

I. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelos FIDCs.

O objetivo dos FIDCs era a de adquirir, preponderantemente, direitos creditórios originários de operações financeiras de empréstimos, representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores (automóveis e motocicletas), do tipo Crédito Direto ao Consumidor – CDC, celebrados entre o Banco (cedente) e seus clientes.

Conforme estabelecido em seus regulamentos, os FIDCs buscavam, mas não garantiam, atingir determinada rentabilidade de percentual, conforme demonstrado abaixo:

Fundos	Rentabilidade
Caixa CDC FIDC	108% do CDI
Caixa Master CDC FIDC	112% do CDI

II. Participação no patrimônio e nos resultados dos FIDCs.

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356/01, com redação dada pela Instrução CVM nº 393/03, a relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido dos FIDCs e o valor das cotas seniores está demonstrada abaixo:

Fundos	%
Caixa CDC FIDC	130
Caixa Master CDC FIDC (a)	130

- a) Em Assembleia Geral Extraordinária de cotistas, realizada em 16/03/2009, foi incluído no regulamento do fundo a permissão para que as cotas subordinadas possam ser divididas em classes especiais. A partir do mês de julho de 2009, o Banco PAN passou a subscrever apenas parte das cotas subordinadas. Os Fundos foram encerrados em 20/01/2014, em 31/12/2013, o Banco possuía em cotas subordinadas o montante de R\$ 203.304 de um total em R\$ 203.304 (em 30/06/2013, estes valores estavam compostos, respectivamente, por R\$ 228.183 de um total em R\$ 228.183).

III. Natureza do envolvimento do Banco com os FIDCs e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento.

Não havia previsão de coobrigação do Banco nas cessões de direitos creditórios já realizados com os FIDCs, Caixa CDC e o Caixa Master CDC. O Banco subscrevia e devia manter, no mínimo, 30% do Patrimônio Líquido do FIDC em cotas subordinadas. Se houvesse, o desenquadramento, o Banco, na qualidade de cotista subordinado, quando notificado, tinha a possibilidade e não a obrigação de subscrever novas cotas subordinadas para manter a relação de subordinação, da mesma forma que tinha a faculdade e não a obrigação de recomprar contratos inadimplentes, pois o risco do Banco se limitava às cotas subordinadas já subscritas.

IV. Montante e natureza dos créditos, obrigações, entre o Banco e os FIDCs, ativos transferidos pelo Banco e direitos de uso sobre ativos dos FIDCs.

Devido a manutenção de aplicação em cotas subordinadas nos FIDCs, foi reconhecida até janeiro de 2014 uma receita de R\$ 222 (receita de R\$ 5.006 no 1º semestre de 2013), registrada contabilmente na rubrica de "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários", na demonstração de resultado individual – e eliminada no processo de consolidação das informações trimestrais.

Em 30/06/2014, 31/03/2014 e 30/06/2013, os FIDCs apresentavam as seguintes situações patrimoniais:

	Caixa CDC FIDC (2)			Caixa Master CDC FIDC (2)			FIDC FBP Financeiro (3)		
	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Ativo									
Disponibilidades	-	-	11	-	-	14	-	1	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	6.290	-	-	11.328	-	-	-
TVM	-	-	-	-	-	-	-	66.196	-
Direitos creditórios	-	-	124.172	-	-	694.287	-	465.687	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(62.124)	-	-	(327.608)	-	(222.197)	-
Outros valores	-	-	117	-	-	370	-	781	-
Total do Ativo	-	-	68.466	-	-	378.391	-	310.468	-
Passivo									
Outras obrigações	-	-	38	-	-	174	-	127	-
Patrimônio líquido	-	-	68.428	-	-	378.217	-	310.341	-
- Cotas seniores	-	-	20.501	-	-	150.034	-	232.016	-
- Cotas subordinadas	-	-	47.927	-	-	228.183	-	78.325	-
- Cotas subordinadas – classe especial (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Passivo	-	-	68.466	-	-	378.391	-	310.468	-

(1) Cotas de terceiros;

(2) Fundo encerrado em 20/01/2014; e

(3) Fundo encerrado em 28/06/2013.

Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Resultado Líquido das Informações Trimestrais Consolidadas.

	30/06/2014		31/03/2014		30/06/2013	
	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido	Patrimônio Líquido (1)	Resultado Líquido	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido (1)
Banco PAN individual	2.156.882	(152.180)	2.226.005	(81.825)	2.532.944	(19.089)
Lucro não realizado nas cessões	-	13.033	-	13.033	(29.005)	137.877
Registro do custo de comissão sobre créditos cedidos	-	(7.711)	-	(7.711)	12.885	(19.807)
Efeitos tributários	-	(2.129)	-	(2.129)	6.448	(47.228)
Banco PAN consolidado	2.156.882	(148.987)	2.226.005	(78.632)	2.523.272	51.753

(1) Fundos encerrados em 20/01/2014.

V. Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor dos FIDCs.

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor dos FIDCs, entretanto, as cotas subordinadas absorviam integralmente os efeitos dos resultados negativos das carteiras dos fundos até o limite destas.

VI. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades dos FIDCs.

Os FIDCs foram encerrados em 20/01/2014, em 31/12/2013, o Banco PAN e suas empresas controladas eram os detentores da totalidade das cotas subordinadas dos FIDCs, no montante de R\$ 237.208, sendo as demais cotas seniores e as subordinadas especiais pertencentes a investidores qualificados.

VII. Encerramentos dos FIDCs

Em Assembleia Geral de Cotista Extraordinária dos FIDCs (Caixa CDC FIDC e Caixa Master CDC FIDC), realizada em 21/10/2013 foi deliberado o encerramento dos mesmos. Dessa forma, em 20/01/2014, o Banco PAN adquiriu a totalidade das cotas dos FIDCs, sendo que o evento final de encerramento ocorreu no próprio mês de janeiro/2014.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As informações trimestrais consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira, são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

As receitas de prêmios de seguros e resseguros são contabilizadas por ocasião da emissão das apólices como prêmios emitidos e diferidas pelo prazo de vigência destas apólices ou faturas dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos.

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização de retrocessão e correspondente provisão de prêmios não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos do IRB - Brasil Resseguros S.A.

Os sinistros são refletidos nos resultados com base no registro oficial de sinistros pendentes, que busca refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência relacionada às indenizações a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros.

Os custos de aquisição são considerados custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Estes são diferidos e apropriados ao resultado mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02, que prevêem a adoção dos seguintes critérios:

- Contratos futuros: o processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa;
- *Swap*: são avaliados de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustados ao valor de mercado, sendo o diferencial a receber ou a pagar contabilizados em contas de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados ao resultado como receita ou despesa “*pro rata*” até a data do balanço. Para a apuração do valor de mercado, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base nas informações da BM&FBOVESPA; e
- Contratos a termo de moedas: são instrumentos financeiros derivativos de compra ou venda de moeda estrangeira, sem entrega física, negociados em mercado de balcão em uma data futura e a uma paridade anteriormente determinada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação desses contratos foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base nas informações da BM&FBOVESPA.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como “*hedge*” em contas de receita ou despesa, no resultado.
- Instrumentos financeiros derivativos considerados como “*hedge*” de risco de mercado, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de “*hedge*” têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em contas de receitas e despesas, no resultado.

f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

h) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

i) Despesas antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários, gastos na emissão de títulos no exterior e despesas de comercialização de seguros.

j) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos, variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

k) Investimentos:

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

m) Intangível:

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágio pagos por rentabilidade futura de investimento e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

p) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

q) Práticas contábeis específicas do segmento de seguros:

Passivos por contratos de seguro (provisões técnicas de seguros)

- **Provisões de prêmios não ganhos - PPNG**

A provisão de prêmios não ganhos é calculada com base nos prêmios retidos, de acordo com a Resolução CNSP nº 281/13 e Circular SUSEP Nº 462/13, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido.

- **Provisões de prêmios não ganhos - Riscos Vigentes Não Emitidos – PPNG-RVNE**

A provisão de prêmios não ganhos – riscos vigentes mas não emitidos – é constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 281/13 e Circular SUSEP nº 462/13, segundo a metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial e, para os ramos sem experiência, através dos percentuais estabelecidos pela Circular SUSEP Nº 485/14.

- **Provisão de sinistros a liquidar - PSL**

A provisão de sinistros a liquidar é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar, efetuada por ocasião do recebimento dos avisos de sinistros até a data do balanço, líquida dos ajustes de cosseguros e resseguro cedidos. A provisão de sinistros a liquidar para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (“Seguradora Líder”).

- **Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR**

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é apurada com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Seguradora. É determinada de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 281/13 e Circular SUSEP nº 462/13, sendo constituída com base em metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial e, para os ramos sem experiência, através dos percentuais estabelecidos pela Circular SUSEP Nº 485/14. A provisão de *IBNR* para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder.

- **Provisões de despesas relacionadas – PDR**

A provisão de despesas relacionadas visa cobrir os valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros, avisados ou não. É determinada de acordo com as normas e especificações estabelecidas na Resolução CNSP nº 281/13 e Circular SUSEP nº 462/13, sendo constituída com base em metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial.

- **Teste de adequação de passivos – TAP**

A Circular SUSEP nº 457/12, que instituiu o Teste de Adequação de Passivos para fins de elaboração das informações trimestrais e definiu regras e procedimentos para a sua realização. A Seguradora deve avaliar, a cada data-base, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se esta avaliação mostrar que o valor das provisões constituídas para os contratos de seguros vigentes, descontadas das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis está inadequado em relação aos fluxos de caixa futuros estimados, a deficiência deve ser reconhecida no resultado.

r) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas no grupo “Outras obrigações – diversas” nas informações trimestrais consolidadas.

s) Passivos circulante e exigível a longo prazo:

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço.

t) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas informações trimestrais, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas informações trimestrais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas informações trimestrais.

u) Benefício Residual em Operações Securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

v) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das informações trimestrais.

w) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das informações trimestrais exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões técnicas de seguro; (v) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

x) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das informações trimestrais e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das informações trimestrais; e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das informações trimestrais.

4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Balanço Patrimonial Consolidado:

Ativo	30/06/2014							Total
	Financeiro (1)	Seguros (2)	Consórcios (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	
Circulante	9.328.439	236.816	3.396	127.348	134.217	118.554	(249.012)	9.699.758
Realizável a longo prazo	12.183.108	151.402	37.347	264.932	99.304	31.642	(90.075)	12.677.660
Permanente	1.141.323	53.316	117	488	25.744	545.574	(1.464.404)	302.158
Total em 30/06/2014	22.652.870	441.534	40.860	392.768	259.265	695.770	(1.803.491)	22.679.576
Total em 31/03/2014	22.180.044	413.134	43.533	546.841	256.449	797.802	(2.007.594)	22.230.209
Total em 30/06/2013	21.327.619	424.800	47.320	564.484	252.156	849.681	(2.030.389)	21.435.671

Passivo	Financeiro (1)	Seguros (2)	Consórcios (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	Total
Circulante	13.960.482	208.961	11.039	183.580	41.529	318	(249.012)	14.156.897
Exigível a longo prazo	6.313.319	36.389	11.141	68.256	17.955	6.818	(90.075)	6.363.803
Resultado de exercícios futuros	1.977	-	-	-	-	-	-	1.977
Minoritários	-	-	-	-	-	-	17	17
Patrimônio líquido	2.377.092	196.184	18.680	140.932	199.781	688.634	(1.464.421)	2.156.882
Total em 30/06/2014	22.652.870	441.534	40.860	392.768	259.265	695.770	(1.803.491)	22.679.576
Total em 31/03/2014	22.180.044	413.134	43.533	546.841	256.449	797.802	(2.007.594)	22.230.209
Total em 30/06/2013	21.327.619	424.800	47.320	564.484	252.156	849.681	(2.030.389)	21.435.671

- (1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDCs, Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e BMSR II Participações;
- (2) Representado pelas empresas PAN Seguros e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda;
- (3) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda;
- (4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;
- (5) Representado pelas empresas Panserv Prestadora de Serviços Ltda. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda;
- (6) Representados pelas empresas Ourinvest Real Estate Holding S.A. e Brazilian Finance Real Estate S.A.; e
- (7) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

Demonstração do Resultado	2º Trimestre de 2014							Total
	Financeiro (1)	Seguros (2)	Consórcios (3)	Securitização (4)	Promotora de Vendas (5)	Outros (6)	Eliminações (7)	
- Receitas da intermediação financeira	1.191.175	7.761	501	25.487	5.087	346	5.414	1.235.771
- Despesas da intermediação financeira	(783.145)	-	-	(3.567)	-	-	(5.414)	(792.126)
Resultado bruto da intermediação financeira	408.030	7.761	501	21.920	5.087	346	-	443.645
- Outras receitas/despesas operacionais	(546.222)	19.346	(964)	(3.352)	(8.587)	(3.517)	(1.684)	(544.980)
- Resultado de equivalência patrimonial	3.359	-	-	-	-	(5.146)	1.787	-
- Resultado não operacional	(13.060)	-	-	(896)	5	-	-	(13.951)
- Provisão para IR e CSLL	56.397	(10.753)	165	(3.015)	1.054	1.082	-	44.930
- Minoritário	1	-	-	-	-	-	-	1
(Prejuízo)/Lucro líquido do 2º Trimestre de 2014	(91.495)	16.354	(298)	14.657	(2.441)	(7.235)	103	(70.355)
(Prejuízo)/Lucro líquido do 1º Trimestre de 2014	(80.524)	12.889	(6)	6.199	3.241	(2.252)	(18.179)	(78.632)
(Prejuízo)/Lucro líquido do 1º Semestre de 2014	(172.019)	29.243	(304)	20.856	800	(9.487)	(18.076)	(148.987)
(Prejuízo)/Lucro líquido do 1º Semestre de 2013	48.400	19.809	1.026	29.585	903	15.071	(63.041)	51.753

- (1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A., Panamericano Arrendamento Mercantil S.A., Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDCs, Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária e BMSR II Participações;
- (2) Representado pelas empresas PAN Seguros S.A. e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda;
- (3) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda;
- (4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;
- (5) Representados pelas empresas Panserv Prestadora de Serviços Ltda. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda;
- (6) Representados pelas empresas Ourinvest Real Estate Holding S.A. e Brazilian Finance Real Estate S.A.; e
- (7) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Disponibilidades em moeda nacional	48.931	32.451	24.614
Disponibilidades em moeda estrangeira	4.879	18.405	17.110
Total de disponibilidades (caixa)	53.810	50.856	41.724
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	806.998	559.997	1.475.467
Total de caixa e equivalentes de caixa	860.808	610.853	1.517.191

(1) Inclui as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos:

						Total		
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Aplicações no Mercado Aberto:								
Posição bancada								
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	-	-	-	62.998	-
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	428.000	-	-	-	-	428.000	-	1.136.228
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	199.515	-	-	-	-	199.515	-	110.958
• Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	4.166
Subtotal	627.515	-	-	-	-	627.515	62.998	1.251.352
Posição Financiada								
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	-	-	-	149.998	-
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	179.483	-	-	-	-	179.483	347.001	733.639
Subtotal	179.483	-	-	-	-	179.483	496.999	733.639
Posição vendida								
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	116.309
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	116.309
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.468	7.349	27.996	79.506	36.029	154.348	147.966	182.140
Total em 30/06/2014	810.466	7.349	27.996	79.506	36.029	961.346	-	-
Total em 31/03/2014	572.727	9.791	12.426	93.443	19.576	-	707.963	-
Total em 30/06/2013	1.290.674	212.245	703.240	42.354	34.927	-	-	2.283.440

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	2º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2014	1º Semestre de 2014	1º Semestre de 2013
Rendas de aplicações em operações compromissadas:				
- Posição bancada	1.687	3.811	5.498	4.968
- Posição financiada	3.969	9.259	13.228	16.799
- Posição vendida	-	-	-	44.248
Subtotal	5.656	13.070	18.726	66.015
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	3.768	3.864	7.632	9.644
Total (nota 7d)	9.424	16.934	26.358	75.659

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 30/06/2014, 31/03/2014 e 30/06/2013, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Carteira própria:			
Certificado de Depósito Bancário – CDB	2.360	2.256	5.366
Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE	31.429	23.191	10.645
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	118.313	174.172	224.197
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	419.938	200.501	464.238
Notas do Tesouro Nacional – NTN	170.729	304.179	115.061
Cotas de Fundos de Investimento (1)	108.899	102.543	90.438
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	297	295	291
Subtotal	851.965	807.137	910.236
Vinculados a compromisso de recompra:			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	275.350	287.186	300.172
Notas do Tesouro Nacional – NTN	257.821	142.103	335.795
Certificado de Depósito Bancário – CDB	20.149	18.443	30.060
Cotas de Fundos de Renda Fixa	13.342	15.531	10.607
Subtotal	566.662	463.263	676.634
Vinculados à prestação de garantias :			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	169.424	235.237	172.233
Notas do Tesouro Nacional – NTN	26.500	-	-
Subtotal	195.924	235.237	172.233
Outras aplicações	2	2	2
Subtotal	2	2	2
Total de títulos e valores mobiliários	1.614.553	1.505.639	1.759.105
Instrumentos financeiros derivativos:			
Diferenciais a receber de “NDF”	-	42	-
Diferenciais a receber de “swap”	141.008	164.942	259.582
Total de instrumentos financeiros derivativos	141.008	164.984	259.582
Total geral	1.755.561	1.670.623	2.018.687

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento estão assim compostas:

	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Bem Fundo de Investimento Referenciado DI TPF(i)	537	529	510
DPVAT	49.595	46.123	37.520
Fundo de Investimento Caixa Arrojado – RF (ii)	23.517	22.936	21.669
Fundo BTG Pactual Absoluto – FIA (iii)	13.259	12.130	11.170
Fundo BTG Pactual Dividendos – FIA (iii)	11.609	10.836	10.527
Outros fundos	10.382	9.989	9.042
Total	108.899	102.543	90.438

i. Fundo administrado pela BEM DTVM Ltda

ii. Fundo administrado pela Caixa Econômica Federal; e

iii. Fundo administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM.

b) Composição por categorias e prazos consolidado:

	30/06/2014						31/03/2014		30/06/2013			
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (2) (4)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (4)	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (4)	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:												
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	9.920	4.994	-	-	14.914	14.919	(5)	604	-	-	-
- Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	1.854	19.607	-	1.048	22.509	22.509	-	20.699	-	35.425	-
- Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	212.441	22.869
- Cotas de fundo de investimento	115.104	-	-	-	-	115.104	115.104	-	111.036	-	94.213	-
Total de títulos para negociação	115.104	11.774	24.601	-	1.048	152.527	152.532	(5)	132.339	-	342.079	22.869
Títulos disponíveis para venda:												
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	398.264	327.704	-	123.830	849.798	850.101	(303)	722.319	(1.787)	936.641	(1.548)
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.003	(1.661)
- Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI (3)	-	9.178	16.507	14.152	78.476	118.313	141.188	(22.875)	174.172	(23.389)	11.756	1.063
- Cotas de fundo de investimento	6.600	-	-	-	-	6.600	6.600	-	6.509	-	6.323	-
- Outras	-	1	-	-	-	1	1	-	2	-	2	-
Total de títulos disponíveis para venda	6.600	407.443	344.211	14.152	202.306	974.712	997.890	(23.178)	903.002	(25.176)	979.725	(2.146)
Títulos mantidos até o vencimento: (1)												
- Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	220.627	89.882	137.180	7.361	455.050	455.050	-	446.283	-	425.855	-
- Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE	-	19.406	12.024	-	-	31.430	31.430	-	23.191	-	10.645	-
- Cotas de fundos de investimento	537	-	-	-	-	537	537	-	529	-	510	-
- Fundo do Desenvolvimento Social – FDS	297	-	-	-	-	297	297	-	295	-	291	-
Total de títulos mantidos até o vencimento	834	240.033	101.906	137.180	7.361	487.314	487.314	-	470.298	-	437.301	-
Total em 30/06/2014	122.538	659.250	470.718	151.332	210.715	1.614.553	1.637.736	(23.183)	-	-	-	-
Total em 31/03/2014	118.369	471.912	637.479	155.977	121.902	-	-	-	1.505.639	(25.176)	-	-
Total em 30/06/2013	124.149	318.680	911.585	106.988	297.703	-	-	-	-	-	1.759.105	20.723

- (1) Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento;
- (2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis;
- (3) Conforme Circular BACEN nº 3.068/01, a partir de julho/13 os Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI’s foram classificados para Títulos Disponíveis para Venda, conforme a política interna de Classificação dos Instrumentos Financeiros em Carteira *Trading* e Carteira *Banking*, uma vez que não há mercado para obtenção de ganhos a curto prazo; e
- (4) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em “Títulos mantidos até o vencimento”, cujo valor de mercado é inferior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 5.230 (31/03/2014 – superior em R\$ 13.533).

c) Instrumentos financeiros derivativos:

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela BM&FBOVESPA. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de “*swap*”, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, Termo de moeda e *Swap*) são custodiadas na BM&FBOVESPA ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

O contrato a termo de moeda estrangeira sem entrega física (ou *Non Deliverable Forward – NDF*) é negociado em mercado de balcão. É uma operação de compra ou venda de moeda estrangeira, em uma data futura e a uma paridade predeterminada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação dos NDFs foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

Em 30/06/2014, 31/03/2014 e 30/06/2013, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Valor Contábil / Mercado	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Instrumento:			
Swaps			
- Diferencial a receber	141.008	164.942	259.582
- Diferencial a pagar	(62.839)	(37.058)	(3.628)
Termo de moeda			
- Posição vendida	-	-	(86)
- Posição comprada	-	42	-
Contratos futuros			
- Posição ativa	1.866	2.440	3.305
- Posição passiva	(3.315)	(865)	(12.342)
Total líquido	76.720	129.501	246.831

A seguir, demonstra-se os valores registrados em conta de ativo, passivo e compensação, segregados nas categorias indexador, faixas de vencimento, valores de referência e contábil, a receber e a pagar. Todas as posições detidas em “swap” são negociadas em balcão e os contratos futuros, na BM&FBOVESPA.

Instrumento/ Posição:	30/06/2014							31/03/2014		30/06/2013			
	Valor Referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil	Ajuste de marcação a mercado
Swap													
Posição ativa:	1.901.720	184	339	12.241	10.596	117.648	141.008	127.388	13.620	164.942	(9.277)	259.582	46.293
- Dólar	1.622.212	-	28	10.736	9.470	117.648	137.882	123.565	14.317	162.365	(9.325)	249.308	45.592
- CDI	42.005	184	311	1.505	109	-	2.109	2.194	(85)	2.448	(121)	157	(250)
- Dólar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.117	951
- CDI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	129	169	-	-
- CDI	39.664	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- CDI	110.505	-	-	-	1.017	-	1.017	1.629	(612)	-	-	-	-
- Libor	87.334	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	1.901.720	(1.611)	(1.852)	(552)	(2.938)	(55.886)	(62.839)	(69.259)	6.420	(37.058)	(6.957)	(3.628)	(1.288)
- CDI	1.622.212	(1.602)	(1.837)	(508)	(2.160)	(54.535)	(60.642)	(67.838)	7.196	(34.180)	(6.312)	-	-
- Dólar	42.005	-	-	-	(437)	(1.195)	(1.632)	(1.185)	(447)	(2.461)	(378)	(3.405)	(1.263)
- IGPM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(108)	(41)	(223)	(25)
- Dólar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(309)	(226)	-	-
- CDI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Pré	39.664	(9)	(15)	(44)	(120)	(156)	(344)	(204)	(140)	-	-	-	-
- Libor	110.505	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dólar	87.334	-	-	-	(221)	-	221	(32)	(189)	-	-	-	-
Contratos Futuros													
Posição vendida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(86)	(454)
- Dólar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(86)	(454)
Posição ativa:	1.891.003	1.866	-	-	-	-	1.866	1.866	-	2.440	-	3.305	-
- DDI	729.050	489	-	-	-	-	489	489	-	106	-	1.881	-
- Dólar	135.105	-	-	-	-	-	-	-	-	82	-	312	-
- DI1	1.025.948	1.377	-	-	-	-	1.377	1.377	-	2.252	-	1.112	-
Posição passiva:	1.891.003	(3.315)	-	-	-	-	(3.315)	(3.315)	-	(865)	-	(12.342)	-
- DDI	729.950	(3.090)	-	-	-	-	(3.090)	(3.090)	-	(674)	-	(10.549)	-
- Dólar	135.105	(210)	-	-	-	-	(210)	(210)	-	(180)	-	(1.793)	-
- DI1	1.025.948	(15)	-	-	-	-	(15)	(15)	-	(11)	-	-	-
Termo moeda													
Posição vendida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42	(8)	-	-
- Dólar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42	(8)	-	-
Total a receber líquido em 30/06/2014		(2.876)	(1.513)	11.689	7.658	61.762	76.720	56.680	20.040				
Total a receber líquido em 31/03/2014		1.622	8.431	(1.131)	13.167	107.412				129.501	(16.242)		
Total a receber líquido em 30/06/2013		(8.083)	1.474	9.876	9.702	233.862						246.831	44.551

Hedge Contábil: Basicamente, esses instrumentos financeiros foram realizados como proteção das operações passivas de Euro Medium-Term Notes e Dívidas Subordinadas no exterior, indexadas ao dólar (objetos de hedge), classificados como “hedge” de risco de mercado. A efetividade apurada para a carteira de hedge, esta em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3082/02.

O resultado apurado com instrumentos financeiros derivativos está assim composto:

	2º Trimestre de 2014			1º Trimestre de 2014			1º Semestre de 2014			1º Semestre de 2013		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap	(13.582)	(43.003)	(56.585)	213.808	(293.539)	(79.731)	200.226	(336.542)	(136.316)	293.226	(256.453)	36.773
Contratos futuros	401.559	(377.782)	23.777	294	-	294	401.853	(377.782)	24.071	9.257	(32.507)	(23.250)
Termo de moeda	(244.307)	206.337	(37.970)	244.707	(206.359)	38.348	400	(22)	378	195.729	(230.614)	(34.885)
Total	143.670	(214.448)	(70.778)	458.809	(499.898)	(41.089)	602.479	(714.346)	(111.867)	498.212	(519.574)	(21.362)

d) Resultado com títulos e valores mobiliários:

	2º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2014	1º Semestre de 2014	1º Semestre de 2013
Títulos de renda fixa	41.186	39.568	80.754	126.753
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 6b)	9.424	16.934	26.358	75.659
Total	50.610	56.502	107.112	202.412

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações sobre a carteira de operações de crédito, que incluem as operações de arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de operações de crédito, em 30/06/2014, 31/03/2014 e 31/03/2013, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	30/06/2014		31/03/2014		30/06/2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor	7.922.687	50,03	8.342.158	52,74	7.532.853	54,07
Operações de arrendamento mercantil (1)	80.788	0,51	108.576	0,69	216.175	1,55
Empréstimo em consignação	2.268.776	14,33	2.187.502	13,83	1.412.238	10,14
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	197.209	1,25	195.036	1,23	182.457	1,31
Financiamentos habitacionais	866.599	5,47	918.060	5,80	882.299	6,33
Empréstimos com garantia imobiliária	409.590	2,59	324.620	2,05	298.435	2,14
Financiamento a titulares de cartões de crédito (2)	600.941	3,79	583.544	3,69	650.030	4,67
Capital de giro	1.705.022	10,77	1.481.127	9,36	1.221.562	8,77
Direitos creditórios adquiridos	11.475	0,07	15.065	0,10	34.849	0,25
Renegociações	47.177	0,30	34.801	0,22	28.220	0,20
Conta garantida	49	-	49	-	542	-
Crédito pessoal	78.263	0,49	86.306	0,55	87.615	0,63
Títulos descontados	6	-	32	-	1.432	0,01
Cheque especial	277	-	277	-	288	-
Financiamentos à exportação	642.881	4,06	603.762	3,82	470.950	3,38
Outros	551	-	548	-	2.715	0,02
Total das operações de crédito e arrendamento mercantil	14.832.291	93,66	14.881.463	94,08	13.022.660	93,48
Outros créditos (3)	607.318	3,83	600.438	3,80	523.781	3,76
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (4)	397.047	2,51	334.610	2,12	384.987	2,76
Total	15.836.656	100,00	15.816.511	100,00	13.931.428	100,00

(1) Registrado a valor presente;

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(4) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).

b) Composição da carteira por rating e prazo de vencimento:

	Vencidos	A vencer						Total		
	Há mais de 14 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	587.236
A	5.669	1.023.445	317.864	325.066	905.717	1.599.791	6.512.650	10.690.202	11.031.110	8.554.139
B	82.392	152.228	114.544	157.842	355.924	572.705	908.520	2.344.155	2.220.793	1.967.113
C	95.084	95.773	56.041	44.038	195.161	363.336	389.979	1.239.412	1.032.087	898.033
D	119.227	17.339	21.635	12.370	31.814	74.711	221.492	498.588	477.658	353.411
E	52.205	8.197	3.970	4.084	12.414	37.086	85.410	203.366	200.303	203.525
F	56.885	6.801	3.219	3.343	15.199	19.811	64.349	169.607	159.268	181.208
G	73.275	4.760	2.412	2.435	7.303	19.728	43.841	153.754	127.565	167.912
H	252.573	21.785	10.257	10.266	30.535	58.051	154.105	537.572	567.727	1.018.851
Total em 30/06/2014	737.310	1.330.328	529.942	559.444	1.554.067	2.745.219	8.380.346	15.836.656	-	-
Total em 31/03/2014	632.272	1.351.740	566.506	572.274	1.536.528	2.567.347	8.589.844	-	15.816.511	-
Total em 30/06/2013	1.035.875	1.164.425	499.028	497.101	1.282.924	2.155.210	7.296.865	-	-	13.931.428

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco e provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Nível	Provisão Requerida %	30/06/2014				31/03/2014		30/06/2013	
		A vencer	Vencidos (1)	Total	Provisão	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	-	-	-	-	-	-	-	587.236	-
A	0,50	10.684.533	5.669	10.690.202	53.451	11.031.110	55.156	8.554.139	42.770
B	1,00	2.261.763	82.392	2.344.155	23.442	2.220.793	22.207	1.967.113	19.671
C	3,00	1.144.328	95.084	1.239.412	37.182	1.032.087	30.962	898.033	26.941
D	10,00	379.361	119.227	498.588	49.859	477.658	47.766	353.411	35.341
E	30,00	151.161	52.205	203.366	61.010	200.303	60.091	203.525	61.058
F	50,00	112.722	56.885	169.607	84.804	159.268	79.635	181.208	90.604
G	70,00	80.479	73.275	153.754	107.628	127.565	89.295	167.912	117.538
H	100,00	284.999	252.573	537.572	537.572	567.727	567.727	1.018.851	1.018.851
Total em 30/06/2014		15.099.346	737.310	15.836.656	954.947	-	-	-	-
Total em 31/03/2014		-	-	-	-	15.816.511	952.839	-	-
Total em 30/06/2013		-	-	-	-	-	-	13.931.428	1.412.774
% sobre total de risco					6,03%		6,02%		10,14%

(1) inclui parcelas vencidas há mais de 14 dias.

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2º Trimestre de 2014				
	Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros créditos	Total
Saldo do início do trimestre	952.839	69	101.169	15.433	1.069.510
- Constituição/reversão de provisão	302.361	-	(48.260)	(2.587)	251.514
- Baixas contra a provisão	(300.254)	-	-	-	(300.254)
Saldo do fim do trimestre	954.946	69	52.909	12.846	1.020.770
- Créditos recuperados (4) (5)	70.200	-	-	-	70.200
- Efeito no resultado (6)	(232.161)	-	48.260	2.587	(181.314)

	1º Trimestre de 2014				
	Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros créditos	Total
Saldo do início do trimestre	1.348.481	70	132.982	14.983	1.496.516
- Constituição/reversão de provisão	267.403	(1)	(31.813)	450	236.039
- Baixas contra a provisão	(663.045)	-	-	-	(663.045)
Saldo do fim do trimestre	952.839	69	101.169	15.433	1.069.510

- Créditos recuperados (4) (5)	65.193	-	-	-	65.193
- Efeito no resultado (6)	(202.210)	1	31.813	(450)	(170.846)

	30/06/2014				
	Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros créditos	Total
Saldo do início do período	1.348.481	70	132.982	14.983	1.496.516
- Constituição/reversão de provisão	569.764	(1)	(80.073)	(2.137)	487.553
- Baixas contra a provisão	(963.299)	-	-	-	(963.299)
Saldo do fim do período	954.946	69	52.909	12.846	1.020.770

- Créditos recuperados (4) (5)	135.393	-	-	-	135.393
- Efeito no resultado (6)	(434.371)	1	80.073	2.137	(352.160)

	30/06/2013				
	Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil (1)	PDD adicional (2)	Cessões de Crédito (3)	Outros créditos	Total
Saldo do início do período	1.511.364	431	217.137	15.933	1.744.865
- Saldo oriundo de créditos que retornaram para a carteira do Banco	218.920	-	-	-	218.920
- Constituição/reversão de provisão	541.188	13.717	(31.921)	10.131	533.115
- Baixas contra a provisão	(858.698)	-	-	-	(858.698)
Saldo do fim do período	1.412.774	14.148	185.216	26.064	1.638.202

- Créditos recuperados (4) (5)	90.737	-	-	-	90.737
- Efeito no resultado (6)	(450.451)	(13.717)	31.921	(10.131)	(442.378)

(1) Inclui outros créditos com características de operações de crédito e operações de câmbio;

(2) Constituída para fazer frente a riscos adicionais da carteira de crédito, de acordo com a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de crédito;

- (3) Refere-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de cessão de crédito com coobrigação (nota 8g), classificada em Outras Obrigações - diversas;
- (4) No semestre findo em 30/06/2014, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 135.393 (sendo R\$ 121.334 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 9.387 de recuperação de operação de arrendamento mercantil e R\$ 4.672 de recuperação de créditos imobiliários). No Consolidado, a carteira de créditos renegociados totaliza R\$ 47.177 (R\$ 34.801 em 31/03/2014 e R\$ 28.222 em 30/06/2013);
- (5) Contabilizado em Rendas de operações de crédito;
- (6) Despesa de provisão constituída menos receita de créditos recuperados;

e) Classificação por setor de atividade:

Setor de atividade	30/06/2014		31/03/2014		30/06/2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	11.842.691	74,78	12.140.824	76,76	10.697.816	76,79
Agroindústria	557.403	3,52	480.222	3,04	320.485	2,30
Açúcar e Etanol	163.761	1,03	150.177	0,95	88.885	0,64
Agronegócio e Proteína Animal	393.642	2,49	330.045	2,09	231.600	1,66
Comércio	896.452	5,66	847.188	5,36	1.032.341	7,41
Atacado e Varejo	896.452	5,66	847.188	5,36	1.032.341	7,41
Indústrias de Base	420.027	2,65	390.069	2,46	286.779	2,06
Autopeças	136	-	154	-	182	-
Indústria Química	54.799	0,35	51.170	0,32	27.037	0,20
Óleo e Gás	20	-	20	-	22	-
Outras Indústrias	304.596	1,92	276.505	1,75	211.371	1,52
Papel e Celulose	54.069	0,34	55.842	0,35	38.201	0,27
Têxtil	6.407	0,04	6.378	0,04	9.966	0,07
Serviços	2.120.083	13,39	1.958.208	12,38	1.594.007	11,44
Construção e Incorporação	1.386.747	8,76	1.335.642	8,44	1.126.051	8,08
Financeiros	24.674	0,16	33.316	0,21	65.757	0,47
Locação de Veículos	22.828	0,14	22.846	0,14	8.224	0,06
Mídia, TI e Telecom	44.280	0,28	15.160	0,10	18.551	0,13
Outros Serviços	493.410	3,12	436.820	2,76	264.440	1,90
Saúde, Segurança e Educação	17.868	0,11	6.604	0,04	724	-
Transporte e Logística	106.611	0,67	94.333	0,60	72.992	0,53
Utilitários	23.665	0,15	13.487	0,09	37.268	0,27
Total	15.836.656	100,00	15.816.511	100,00	13.931.428	100,00

f) Concentração das operações de crédito:

Maiores Devedores	30/06/2014		31/03/2014		30/06/2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	401.267	2,53	366.305	2,32	336.637	2,42
50 seguintes maiores devedores	1.100.043	6,95	990.777	6,26	854.975	6,14
100 seguintes maiores devedores	1.149.525	7,26	1.050.745	6,64	992.874	7,13
Demais devedores	13.185.821	83,26	13.408.684	84,78	11.746.942	84,31
Total	15.836.656	100,00	15.816.511	100,00	13.931.428	100,00

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

- **Cessões sem coobrigação**

No semestre findo em 30/06/2014, foram realizadas cessões de créditos com instituição financeira, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2014		Resultado (1)			
	Valor da cessão	Valor presente	2º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2014	1º Semestre de 2014	1º Semestre de 2013
Sem coobrigação						
Crédito direto ao consumidor	1.494.063	1.387.053	70.775	36.235	107.010	148.418
Empréstimo em consignação	1.274.008	1.031.348	150.153	92.507	242.660	315.194
Financiamentos habitacionais	94.565	87.862	1.065	5.638	6.703	15.475
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	11.259	10.464	71	724	795	941
Empréstimos com garantia imobiliária	278.893	244.554	8.798	25.541	34.339	81.459
Total	3.152.788	2.761.281	230.862	160.645	391.507	561.487

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito".

• Cessões com coobrigação

As responsabilidades por créditos cedidos com coobrigação montam a R\$ 244.835 (R\$ 369.904 em 31/03/2014 e R\$ 796.222 em 30/06/2013), apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos.

O valor presente apurado pelas taxas de cessão de crédito monta a R\$ 258.226 (R\$ 397.626 em 31/03/2014 e R\$ 882.154 em 30/06/2013), para as quais foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 52.909 (R\$ 101.169 em 31/03/2014 e R\$ 185.216 em 30/06/2013), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas e registrada na rubrica "Outras obrigações diversas" (nota nº 22b).

h) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	2º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2014	1º Semestre de 2014	1º Semestre de 2013
Lucros nas cessões de crédito (nota 8g)	230.862	160.645	391.507	561.487
Cartão de crédito	88.448	84.912	173.360	151.129
Crédito direto ao consumidor	411.639	415.634	827.273	750.788
Empréstimos em consignação	134.904	106.830	241.734	166.117
Crédito pessoal	8.828	9.397	18.225	22.525
Recuperação de créditos baixados como prejuízos (1)	70.200	65.193	135.393	90.737
Direitos creditórios	736	1.070	1.806	4.728
Renegociações	1.124	1.034	2.158	1.499
Financiamento à exportação	56.912	56.430	113.342	71.206
Habitacionais	53.287	34.201	87.488	56.154
Rendas de empreendimentos imobiliários	6.274	4.050	10.324	9.895
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	15.265	9.853	25.118	26.864
Capital de giro	58.452	53.966	112.418	72.967
Arrendamento mercantil, líquido de despesas (2)	4.285	6.029	10.314	25.739
Outras	1.452	1.046	2.498	2.007
Total	1.142.668	1.010.290	2.152.958	2.013.842

(1) Consideram-se operações de crédito e arrendamento mercantil; e

(2) Não inclui recuperação de créditos baixados para prejuízo

9) CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Saldos patrimoniais:

	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Ativo – Outros Créditos			
Câmbio comprado a liquidar	373.917	330.272	401.128
Rendas a receber	13.978	11.222	16.486
Total do Ativo	387.895	341.494	417.614
Passivo - Outras Obrigações			
Obrigações por compra de câmbio	383.069	329.568	368.501
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(383.069)	(323.388)	(368.501)
Total do Passivo	-	6.180	-

b) Resultado de operação de câmbio:

	2º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2014	1º Semestre de 2014	1º Semestre de 2013
Rendas de Financiamento à Exportação	128.386	8.474	136.860	17.221
Varição Cambial	(126.463)	(8.938)	(135.401)	56.193
Outros	(519)	519	-	2.483
Total	1.404	55	1.459	75.897

10) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Compreendem as carteiras de financiamentos imobiliários adquiridas pela Brazilian Securities, que serão utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

	Vencimento final	Indexador	Juros % a.a.	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027	TR	8,65	8.681	9.341	11.462
Cédula de Crédito Imobiliário	20/02/2042	INCC/IGPM ou TR	Até 17,09		-	145.536
Cédula de Crédito Imobiliário	30/12/2043	INCC/IGPM /TR e sem correção monetária	0 até 18,33	161.855	197.993	-
Total				170.536	207.334	156.998

(1) As referidas tranches foram securitizadas.

Qualidade do Crédito:

Os contratos dos recebíveis imobiliários têm cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto. A Administração da Companhia entende que essa garantia é suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes da inadimplência dos mutuários, não sendo, portanto, necessária a constituição de qualquer provisão complementar.

Os recebíveis imobiliários são considerados ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que são adquiridos apenas se apresentarem características, garantias e históricos de pagamento que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

11) BENEFÍCIO RESIDUAL EM OPERAÇÕES SECURITIZADAS**a) Resumo dos saldos contábeis sob regime fiduciário:**

	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Disponibilidades	31.714	55.240	29.470
Aplicações Financeiras	130.342	152.633	162.359
Recebíveis Imobiliários (1)	9.807.532	10.204.921	8.867.994
Outros Ativos	18.837	22.753	9.395
Total do Ativo	9.988.425	10.435.547	9.069.218
Certificados de Recebíveis Imobiliários (2)	9.887.161	10.315.781	9.003.093
Outros Passivos	89.152	107.171	52.020
Total do Passivo	9.976.313	10.422.952	9.055.113
Benefício Residual em Operações Securitizadas (3)	12.112	12.595	14.105

(1) Os recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 0,00 % a.a. a 19,80% a.a. (31/12/2013 – 0,00% a.a. a 19,80% a.a.) e também são atualizados por 100% do CDI a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 2,50% a.a., e com vencimento até 26/07/2043;

(2) Os certificados de recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 3,07% a.a. a 77,50% a.a. (31/12/2013 – 3,07% a.a. a 77,50% a.a.) e, também são atualizados por 100% do CDI a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 2,00% a.a. e com vencimento até 01/07/2043; e

(3) Benefício residual em operações securitizadas corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

b) Ao longo do 1º semestre de 2014, a Controlada Brazilian Securities adquiriu o montante de R\$ 125.976 (31/03/2014 – R\$ 133.772 e 30/06/2013 – R\$ 787.763) de recebíveis imobiliários. Adicionalmente, foram realizadas operações de retrocessões no montante de R\$ 485 (31/03/2014 – R\$ 1.089 e 30/06/2013 – R\$ 3.139).

c) Em 30/06/2014, o total de parcelas em atraso há mais de 90 dias dos recebíveis imobiliários vinculados as séries emitidas é de R\$ 26.044, que corresponde a 2,14% do total dos recebíveis imobiliários vinculados as séries.

12) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS (1)

	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Créditos tributários (Nota 34b)	2.923.965	2.864.084	2.860.032
Títulos e créditos a receber (2)	607.318	600.438	523.781
Imposto de renda a compensar	366.597	349.104	356.136
Valores a receber por cessão de créditos	317.240	242.414	136.749
Depósitos judiciais e fiscais	167.949	156.340	102.721
Valores a receber de sociedades ligadas	14.484	13.706	-
Valores a receber de empréstimos consignados (3)	33.591	22.691	37.065
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	5.059	8.959	-
Cartões de crédito (4)	288	1.104	15.557
Adiantamentos e antecipações salariais	1.267	835	-
Outros	103.079	103.904	86.848
Total	4.540.837	4.363.579	4.118.889

(1) Inclui títulos e créditos a receber;

(2) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de crédito a receber com característica de concessão de crédito;

(3) Refere-se a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 30/06/2014 é R\$ 11.901 (R\$ 14.383 em 31/03/2014 e R\$ 24.712 em 30/06/2013); e

(4) Refere-se às operações com cartões de crédito cujas faturas ainda não foram emitidas, ou que foram emitidas, mas ainda não venceram.

13) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio/outros:

	Custo	Provisão para perdas	Valor Residual		
			30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Veículos	24.132	(8.527)	15.605	19.674	17.389
Veículos em regime especial	36.599	(32.229)	4.370	5.751	9.495
Imóveis	68.407	(55)	68.352	65.983	-
Outros	-	-	-	-	28.342
Total dos bens não de uso próprio	129.138	(40.811)	88.327	91.408	55.226
Outros bens	440	-	440	432	535
Total em 30/06/2014	129.578	(40.811)	88.767	-	-
Total em 31/03/2014	143.600	(51.760)	-	91.840	-
Total em 30/06/2013	161.368	(105.607)	-	-	55.761

b) Despesas antecipadas:

	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Comissões pagas a correspondentes bancários	432.637	457.466	352.504
Gastos na emissão de títulos no exterior	9.749	7.900	31.425
Despesas de comercialização da Seguradora	23.888	22.132	12.834
Outras	2.167	1.856	1.267
Total	468.441	489.354	398.030

14) INVESTIMENTOS

a) Controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)			Participação consolidada no capital social	Lucro Líquido/(Prejuízo) Ajustado 31/03/2014	Saldo dos Investimentos			Ajuste decorrente de avaliação (2) Trimestre findo em		
			ON	PN	Cotas			30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013	2º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2014	2º Trimestre de 2013
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. (1) (3)	141.521	56.262	11	-	-	99,970%	(7.731)	56.245	60.708	64.837	(4.462)	(3.267)	(96)
PAN Seguros S.A. (1) (3) (4)	71.256	151.458	339.207	106	-	99,999%	25.260	151.456	137.126	154.907	14.386	10.874	6.317
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (1) (3)	5.061	10.370	-	-	5.061	99,999%	(2.098)	10.370	13.043	34.850	(2.672)	574	6.036
Panamericano Adm. e Corretora de Seguros e Previdência Privada Ltda. (1) (3)	306	9.726	-	-	306	99,999%	3.984	9.726	7.757	4.736	1.969	2.015	1.486
Ourinvest Real Estate Holding S.A. (1) (3) (4) (5) (6) (7)	867.543	788.602	151.656	31.431	-	100,000%	(9.482)	883.463	892.126	893.561	(7.231)	(2.251)	(16.908)
Total								1.111.260	1.110.760	1.152.891	1.990	7.945	(3.165)

- Dados relativos a 30/06/2014;
- Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;
- Empresas que tiveram suas informações financeiras do trimestre findo em 30/06/2014 revisadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;
- Em 10/02/2014, foi deliberado por AGE o pagamento de dividendos no montante de R\$ 55.000;
- O valor contábil inclui ágio na aquisição do investimento no montante de R\$ 94.130, líquido da amortização acumulada (Nota 16a);
- Em 15/04/2013 foi aprovada a redução de capital social da Ourinvest Real Estate Holding S.A. no montante de R\$ 85.000; e
- Em 17/09/2013 foi aprovado o aumento de capital social da Ourinvest Real Estate Holding S.A no montante de R\$ 55.000.

b) Outros Investimentos:

	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Câmara Interbancária de Pagamentos	380	380	380
Stone Pagamentos S.A.	416	-	-
IRB Brasil Resseguros S.A.	304	304	304
Incentivos fiscais	69	69	80
Obras de Arte	23	23	23
Outros	1	1	1
Total	1.193	777	788

15) IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual		
				30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Imóveis de uso	4%	2.530	(373)	2.157	2.178	2.238
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	69.280	(21.488)	47.792	47.447	44.021
Sistemas de segurança e comunicações	10%	3.736	(2.016)	1.720	1.774	1.248
Sistemas de processamento de dados	20%	35.084	(23.400)	11.684	12.230	9.833
Sistemas de transportes	20%	345	(219)	126	153	139
Outras imobilizações	-	173	-	173	154	116
Total em 30/06/2014		111.148	(47.496)	63.652	-	-
Total em 31/03/2014		108.949	(45.013)	-	63.936	-
Total em 30/06/2013		60.627	(37.433)	-	-	57.595

16) INTANGÍVEL**a) Ágio:**

O ágio na aquisição de investimento totalizou a R\$ 250.532, representado por expectativa de rentabilidade futura do investimento, que será amortizado linearmente em 10 anos ou quando de sua realização. Esse ágio está registrado nas demonstrações financeiras consolidadas no intangível.

No semestre encerrado em 30/06/2014, foram amortizados ágios no montante de R\$ 12.526 no consolidado.

b) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual		
				30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	65.646	(30.890)	34.756	30.345	26.521
Ágio (Nota 16a)	10%	250.532	(48.019)	202.513	208.776	227.567
Outros	10%	1.522	(1.478)	44	1.225	3
Total em 30/06/2014		317.700	(80.387)	237.313	-	-
Total em 31/03/2014		309.612	(69.266)	-	240.346	-
Total em 30/06/2013		307.736	(53.645)	-	-	254.091

c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

	Gastos com desenvolvimento logiciais	Ágio (Nota 16a)	Outros	Total
Saldo em 31/12/2013	29.449	215.039	1.503	245.991
Adições	11.826	-	-	11.826
Amortização do período	(6.519)	(12.526)	(1.459)	(20.504)
Saldo em 30/06/2014	34.756	202.513	44	237.313

17) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos:

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total		
					30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
• Depósitos à vista (1)	129.428	-	-	-	129.428	171.440	124.424
• Depósitos interfinanceiros	6.697.507	1.633.167	51.944	48.690	8.431.308	7.189.340	5.198.977
• Depósitos a prazo (2)	53.591	561.913	604.464	1.530.569	2.750.537	2.511.934	2.822.254
Total em 30/06/2014	6.880.526	2.195.080	656.408	1.579.259	11.311.273	-	-
Total em 31/03/2014	5.345.491	2.509.135	531.040	1.487.048	-	9.872.714	-
Total em 30/06/2013	2.859.596	3.014.251	934.371	1.337.437	-	-	8.145.655

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias. Não considera a média histórica do giro; e

(2) Em Dez/13 o Banco celebrou acordo junto a investidores relativamente a 13 CDBs de emissão da própria instituição, no valor corrigido até 31/12/2013 por suas taxas de emissão de R\$ 500,4 milhões, que eram contestados em juízo, para encerramento do litígio em relação a tais CDBs. Como resultado deste acordo, o Banco apurou ganho contábil imediato de R\$ 84,5 milhões no 4º trimestre de 2013 e, além disso, deixará de ter despesas futuras de juros relativos a tais CDBs de R\$ 285,7 milhões até os seus respectivos vencimentos.

b) Captações no mercado aberto:

	Até 30 dias	90 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total		
					30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Carteira Própria		112.772	183.825	213.701	510.298	341.460	627.289
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	66.671	133.799	59.750	260.220	204.389	299.611
• Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	46.101	50.026	153.951	250.078	137.071	327.678
Carteira de Terceiros	-	-	-	179.484	179.484	496.999	690.597
• Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	-	-	149.998	-
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	179.484	179.484	-	690.597
• Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	347.001	-
Carteira Livre Movimentação	-	-	-	-	-	-	114.572
• Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	114.572
Total em 30/06/2014	-	112.772	183.825	393.185	689.782	-	-
Total em 31/03/2014	756.999	658	50.318	30.484	-	838.459	-
Total em 30/06/2013	1.247.876	111.878	60.154	12.550	-	-	1.432.458

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total		
					30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Títulos e Valores Mobiliários – país							
• Certificado de Recebíveis Imobiliários	379	187	823	9.934	11.323	12.160	15.089
• Letras Financeiras – LF	-	2.344	936.018	1.019.399	1.957.760	2.427.802	2.034.264
• Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	128.014	146.162	322.745	250.655	847.576	795.444	673.782
• Letras de Crédito Imobiliário – LCI	80.724	192.139	800.569	333.407	1.406.839	1.519.246	1.460.608
Subtotal	209.117	340.832	2.060.154	1.613.395	4.223.498	4.754.652	4.183.743
• Recursos de Debêntures	-	-	-	-	-	-	40.689
Subtotal	-	-	-	-	-	-	40.689
Títulos e Valores Mobiliários – exterior (1)							
• Euro Medium-Term Notes	17.216	-	-	635.725	652.941	659.313	652.832
Subtotal	17.216	-	-	635.725	652.941	659.313	652.832
Total em 30/06/2014	226.333	340.832	2.060.154	2.249.120	4.876.439	-	-
Total em 31/03/2014	728.922	581.718	1.735.345	2.367.980	-	5.413.965	-
Total em 30/06/2013	351.037	555.313	1.332.241	2.638.672	-	-	4.877.264

(1) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Em 22/02/2006, o Banco PAN lançou um programa de captação de recursos no exterior cujo total foi de US\$ 500.000 por meio da emissão de "Euro Medium-Term Notes", dos quais US\$ 200.000 em 26/10/2009 e US\$ 300.000 em 04/08/2010.

O Banco PAN cumpriu a obrigação de oferecer aos detentores dessas notas a opção de resgatá-las antecipadamente pelo mesmo valor devido nas datas de vencimento originais (valor de face ou valor ao par). Esta opção pôde ser exercida entre os dias 27/06/2011 e 12/07/2011, e teve a adesão com valor total de principal de US\$ 900 para o vencimento em 2012 e US\$ 11.400 na emissão com vencimento em 2015. A liquidação destes resgates antecipados foi efetuada em 27/07/2011.

A seguir, saldo atualizado da *tranche* nas datas dos balanços:

Tranche US\$ mil	Taxa de juros	Vencimento	30/06/2014 (1)	31/03/2014 (1)	30/06/2013 (1)
288.638	5,50% a.a.	04/08/2015	652.941	659.313	652.832
Total			652.941	659.313	652.832

(1) O ajuste de marcação a mercado das captações no exterior foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma despesa de R\$ 2.499 no 2º trimestre de 2014, uma despesa de R\$ 4.189 no 1º trimestre de 2014, uma despesa de R\$ 6.688 no 1º semestre de 2014 e uma receita de R\$ 10.539 no 1º semestre de 2013. Essa operação possui hedge de risco de mercado (notas 3e e 7c).

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	2º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2014	1º Semestre de 2014	1º Semestre de 2013
Depósitos a prazo (1)	96.560	97.745	194.305	155.980
Depósitos interfinanceiros	202.228	164.261	366.489	149.041
Variação cambial	(65.770)	(65.356)	(131.126)	135.725
Títulos e valores mobiliários no exterior e Dívidas subordinadas	36.370	37.697	74.067	69.665
Marcação a mercado de captações no exterior – Dívida Subordinada e TVM no exterior	4.685	10.261	14.946	(88.608)
Operações compromissadas	20.519	21.554	42.073	87.103
Letras Financeiras – LF	63.017	64.566	127.583	60.927
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	19.613	17.467	37.080	15.621
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos – FGC	2.869	2.395	5.264	4.398
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	35.591	35.533	71.124	45.995
Captação por meio de FIDCs	-	59	59	15.746
Debêntures	-	-	-	1.964
Total	415.682	386.182	801.864	653.557

(1) Em Dez/13 o Banco PAN celebrou acordo junto a investidores relativamente a 13 CDBs de emissão da própria instituição, no valor corrigido até 31/12/2013 por suas taxas de emissão de R\$ 500,4 milhões, que eram contestados em juízo, para encerramento do litígio em relação a tais CDBs. Como resultado deste acordo, o Banco PAN apurou ganho contábil imediato de R\$ 84,5 milhões no 4º trimestre de 2013 e, além disso, deixará de ter despesas futuras de juros relativos a tais CDBs de R\$ 285,7 milhões até os seus respectivos vencimentos.

18) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CORRESPONDENTES NO PAÍS

Referem-se a recebimentos de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito.

	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, crédito consignado e crédito imobiliário	136.601	140.338	148.809
Total	136.601	140.338	148.809

19) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Saldos patrimoniais:

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
• No País	-	1.639	-	100.000	101.639	101.447	101.296
• No Exterior	110.442	-	57.699	54.938	223.079	346.110	327.136
Total em 30/06/2014	110.442	1.639	57.699	154.938	324.718	-	-
Total em 31/03/2014	4.066	117.191	113.150	213.150	-	447.557	-
Total em 30/06/2013	6.756	55.609	44.507	321.560	-	-	428.432

b) Resultado de obrigações por empréstimos:

Empréstimos	2º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2014	1º Semestre de 2014	1º Semestre de 2013
No país	6.503	(14.810)	(8.307)	(11.225)
No exterior	(19.566)	15.837	(3.729)	(37.987)
Total	(13.063)	1.027	(12.036)	(49.212)

20) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
No Exterior (1): 2020	10	US\$ 500.000	US\$	Taxa de 8,50% a.a.	1.180.406	1.232.993	1.193.431
No País: 2018 (2)	06	R\$ 10.000	R\$	100,0% da taxa CDI + 1,35% a.a.	12.197	11.859	10.976
2019 (3)	06	R\$ 100.000	R\$	100,0% da taxa IPCA + 5,60% a.a.	113.074	109.713	100.678
Total					1.305.677	1.354.565	1.305.085

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma despesa de R\$ 2.187 no 2º trimestre de 2014 (despesa de R\$ 6.072 no 1º trimestre de 2014, uma despesa de R\$ 8.259 no 1º semestre de 2014 e uma receita de R\$ 78.069 no 1º semestre de 2013). Essa operação possui hedge de risco de mercado (notas 3 e 7c);

(2) Letras Financeiras Subordinada, emitidas em 22/05/2012, com vencimento em 22/05/2018; e

(3) Letras Financeiras Subordinada, emitidas em 05/06/2013 com vencimento 05/04/2019.

21) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

a) Obrigações legais:

O Banco PAN e suas controladas (PAN Seguros e Panamericano Arrendamento Mercantil) vinham questionando judicialmente a exigibilidade das contribuições ao PIS e COFINS na forma da Lei nº 9.718/98 e por força de decisões judiciais intermediárias não vinha efetuando o pagamento desses tributos, mas provisionava esses valores.

Em 28/11/2013, a fim de usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 39, inciso I da Lei 12.865, de 9/10/2013, com alterações da MP 627 de 11/11/2013, posteriormente convertida na Lei nº12.973 de 13/05/2014. O Banco PAN e a PAN Seguros S/A aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS") referente às contribuições ao PIS e COFINS dos períodos de 2006 e 2012, pagando à vista os débitos, e desistiram da discussão judicial existente. Consequentemente, as respectivas provisões existentes nas duas empresas foram baixadas e esses tributos passaram a ser recolhidos normalmente.

Em 30/06/2014 as provisões existentes na empresa Panamericano Arrendamento Mercantil S/A no valor de R\$ 55.523 (R\$ 54.404 em 31/03/2014) permanecem registradas. Em jul/14 a Panamericano Arrendamento Mercantil S/A desistiu da discussão judicial existente a fim de usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 39, inciso I da Lei nº 12.865, de 9/10/2013, com alterações da Lei nº12.973 de 13/05/2014.

b) Provisões classificadas como perda provável:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando a obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Esses processos são geridos individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente de acordo com os critérios mencionados anteriormente. Os valores envolvidos são provisionados integralmente quando no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

I - Provisões segregadas por natureza:

	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Processos cíveis	169.702	162.793	140.700
Processos tributários	32.826	27.200	21.140
Processos trabalhistas	86.426	75.336	35.562
Subtotal (1)	288.954	265.329	197.402
Provisão para riscos fiscais (2)	55.523	54.404	650.752
Total	344.477	319.733	848.154

(1) Nota 22b; e

(2) Classificados na rubrica "Outras Obrigações – fiscais e previdenciárias" (Nota 22a).

II - Movimentação das provisões:

Consolidado	30/06/2014					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Subtotal	Fiscais (1)	Total
Saldo em 31/12/2013	59.717	163.105	21.386	244.208	53.241	297.449
Baixas	(8.426)	(39.993)	-	(48.419)	-	(48.419)
Constituições líquidas de reversões	35.135	46.590	11.440	93.165	2.282	95.447
Saldo em 30/06/2014	86.426	169.702	32.826	288.954	55.523	344.477

(1) Nota 21a

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

III – Passivos contingentes classificados como perda possível

No 4º trimestre de 2011 a PAN Seguros S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social e imposto de renda retido na fonte relativos ao ano base de 2007, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 15.819.

No 3º trimestre de 2012, o Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.166.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.475.

No 4º trimestre de 2013, o Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido – VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal e multa totalizou R\$ 43.656.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

22) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Provisão para riscos fiscais (Nota 21a)	55.523	54.404	650.752
Parcelamento Refis – Lei nº 11.941/09 (1)	33.191	34.032	36.557
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	45.882	20.618	67.704
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 34e)	122.354	132.050	178.759
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	6.763	9.543	7.671
Impostos e contribuições sobre salários	1.895	3.795	3.416
ISS a recolher	2.326	2.379	2.637
COFINS a recolher	9.705	11.061	3.382
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	254	941	817
PIS a recolher	1.654	1.882	644
Outros	73	142	59
Total	279.620	270.847	952.398

(1) O Banco PAN e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária. Considerando os termos e as vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 11.941/09, a administração do Banco PAN reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, optou-se pela desistência de diversos processos movidos pelo Banco PAN e controladas, assumindo débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os principais processos que fazem parte do programa de anistia são: (i) Contribuição Previdenciária parte empresa, sobre pagamentos à pessoa física; (ii) Exclusão indevida de Provisão para Devedores Duvidosos da base de cálculo de IRPJ/CSSL; (iii) IRPJ

decorrente de adesão irregular ao Incentivo Fiscal – FINOR; e (iv) Aproveitamento indevido de prejuízo fiscal na base de cálculo IRPJ/CSLL.

Os débitos foram consolidados junto à Receita Federal do Brasil e após apropriação das antecipações efetuadas, apresenta a seguinte composição:

	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Débitos previdenciários	28.868	29.566	31.662
Demais débitos	4.323	4.466	4.895
Total	33.191	34.032	36.557

b) Diversas:

	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Valores a pagar a estabelecimento referente a compras com cartões de crédito	530.352	514.001	449.837
Provisão para passivos contingentes (Nota 21b)	288.954	265.329	197.403
Arrecadação de cobrança	107.885	112.180	62.132
Provisão para créditos cedidos de liquidação duvidosa (Nota 8d)	52.909	101.169	185.216
Provisão para pagamentos a efetuar	118.786	101.603	137.464
Valores a pagar a sociedades ligadas	8.811	13.036	-
Valores a pagar a lojistas	7.479	9.189	36.390
Captação de recursos FIDCs	-	-	170.747
Depósitos de terceiros	939	443	122
Valores específicos de consórcio	12.030	15.198	18.495
Outros	75.471	78.256	18.347
Total	1.203.616	1.210.404	1.276.153

23) PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS E RESSEGUROS

As provisões técnicas – seguros e resseguros apresentam a seguinte composição:

a) Provisões de prêmios não ganhos:

	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Prestamistas	112.526	110.810	94.546
Desemprego/perda de renda	7.289	8.881	13.975
Acidentes pessoais coletivos	2.269	2.302	3.647
Rendas de eventos aleatórios	188	287	665
Seguro Habitacional – Prestamista	37	41	17
Vida em grupo	5	4	20
Seguro Habitacional – Demais coberturas	1	1	1
Total	122.315	122.326	112.871

b) Sinistros a liquidar:

	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Prestamistas	3.810	3.580	2.078
Acidentes pessoais coletivos	2.978	2.736	2.271
Vida em grupo	2.225	1.933	1.607
Rendas de eventos aleatórios	806	858	779
Desemprego/perda de renda	471	555	699
Seguro Habitacional – Prestamista	112	303	275
Seguro Habitacional – Demais Coberturas	-	10	10
Outros	18	18	18
Subtotal (1)	10.420	9.993	7.737
DPVAT	21.823	20.319	16.511
Total	32.243	30.312	24.248

- (1) Do montante de R\$ 10.420 (R\$ 9.993 em 31/03/2014 e R\$ 7.737 em 31/03/2013), o valor de R\$ 5.974 (R\$ 5.054 em 31/03/2014 e R\$ 3.714 em 30/06/2013) refere-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, com a seguinte classificação de risco:

Risco	30/06/2014		31/03/2014		30/06/2013	
	Quantidade de processos	Valor Provisionado	Quantidade de processos	Valor Provisionado	Quantidade de processos	Valor Provisionado
Perda provável	254	5.974	273	5.054	331	3.714
Total	254	5.974	273	5.054	331	3.714

c) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados:

	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
DPVAT	30.580	28.465	23.282
Prestamistas	6.349	7.386	6.177
Vida em grupo	1.229	1.460	5.045
Acidentes pessoais coletivos	1.542	1.407	1.066
Desemprego/perda de renda	1.003	1.094	481
Rendas de eventos aleatórios	620	670	481
Seguro Habitacional – Prestamista	250	207	72
Seguro Habitacional – Demais Coberturas	85	73	11
Resseguros	72	74	10
Total	41.730	40.836	36.625

d) Provisão de Despesa Relacionada (1):

Consolidado	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Vida em grupo	279	339	-
Acidentes pessoais coletivos	118	148	-
Rendas de eventos aleatórios	126	123	-
Prestamista	88	122	-
Desemprego/Perda de renda	18	17	-
Total	629	749	-

- (1) Conforme a Resolução CNSP nº 281 de jan/2013, a PAN Seguros deverá constituir, quando necessário a Provisão de Despesa Relacionada (PDR) para a cobertura de despesas relacionadas a sinistros, como o pagamento de indenização ou benefícios.

e) Outras provisões:

	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
DPVAT	640	437	355
Outras Provisões Técnicas de Previdência Complementar	204	204	267
Total	844	641	622

Total das provisões técnicas – seguros e resseguros	197.761	194.864	174.366
--	----------------	----------------	----------------

f) Resultado com operações de seguros:**I - Receita de prêmios de seguros ganhos por ramo:**

Ramos (1)	2º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2014	1º Semestre de 2014	1º Semestre de 2013
Danos pessoais (DPVAT)	11.398	15.946	27.344	22.653
Acidentes pessoais coletivos	2.227	2.126	4.353	3.924
Desemprego/perda de renda	1.709	1.674	3.383	3.950
Prestamista	29.041	26.047	55.088	28.978
Renda de eventos aleatórios	210	195	405	442
Vida em grupo	69	3	72	(256)
Seguro Habitacional – Prestamista	940	482	1.422	459
Seguro Habitacional – Demais coberturas	255	110	365	167
Microseguro	14	1	15	-
Total	45.863	46.584	92.447	60.317

(1) Resultado líquido da variação das provisões técnicas de prêmios.

II - Sinistros ocorridos por ramo

Ramo	2º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2014	1º Semestre de 2014	1º Semestre de 2013
DPVAT	10.001	14.103	24.104	19.930
Rendas de eventos aleatórios	(36)	124	88	671
Desemprego/perda de renda	(41)	(33)	(74)	744
Acidentes pessoais coletivos	(16)	(91)	(107)	154
Resseguros	1	37	38	12
Vida em grupo	(376)	(83)	(459)	(71)
Prestamista	1.414	2.776	4.190	3.189
Seguro Habitacional – Prestamista	46	269	315	349
Seguro Habitacional – Demais coberturas	7	45	52	21
Assistência	206	74	280	105
Total	11.206	17.221	28.427	25.104

24) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Composição do capital social em quantidade de ações:**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 30/06/2014, 31/03/2014 e 30/06/2013 é de R\$ 2.867.020, e está dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Ordinárias	292.463.400	292.463.400	292.463.400
Preferenciais	242.612.675	242.612.675	242.612.675
Total	535.076.075	535.076.075	535.076.075

Em 13/06/2014, o Conselho de Administração do Pan aprovou aumentos do capital social da Companhia, visando o crescimento das atividades da Companhia de acordo com o novo plano de negócios que está sendo implementado pela atual diretoria e melhorar a estrutura de capital da Companhia. Tal aumento ocorrerá em 2 (duas) etapas que estão descritas na nota 35j.

b) Reservas de lucros:

Reserva legal – Nos termos do estatuto social, o Banco PAN deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco PAN. Ademais, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Nos termos do estatuto social, o saldo remanescente de lucros acumulados deve ser destinado a reserva para integridade do Patrimônio Líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido do Banco PAN, podendo ser convertida em capital

autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido, não podendo ultrapassar o valor do capital social do Banco PAN.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo sobre o lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07. Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/01/2012, o percentual vigente é de 35%.

25) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2014	1º Semestre de 2014	1º Semestre de 2013
Operações de crédito	44.888	42.545	87.433	91.493
Rendas de cartões	35.438	35.544	70.982	67.826
Rendas de serviços de cobrança	240	194	434	158
Administração de consórcios	2.309	2.130	4.439	9.282
Rendas de estruturação de operações / fundos	879	6	885	10.812
Rendas de comissão / intermediação	2.564	2.743	5.307	1.992
Outras	3.404	3.045	6.449	5.647
Total	89.722	86.207	175.929	187.210

26) DESPESAS DE PESSOAL

	2º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2014	1º Semestre de 2014	1º Semestre de 2013
Proventos	63.355	67.762	131.117	124.158
Encargos Sociais	18.544	20.557	39.101	34.082
Honorários	19.752	8.900	28.652	26.131
Benefícios	(6.038)	14.238	8.200	16.866
Outros	1.782	1.135	2.917	1.073
Total	97.395	112.592	209.987	202.310

27) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2014	1º Semestre de 2014	1º Semestre de 2013
Comissões pagas a correspondentes bancários (1)	182.660	128.540	311.200	308.075
Serviços de terceiros	47.552	42.895	90.447	86.569
Processamento de dados	22.422	18.600	41.022	26.309
Serviços do sistema financeiro	22.054	18.941	40.995	43.216
Comunicações	11.112	10.654	21.766	23.176
Taxas e emolumentos	6.838	6.338	13.176	16.442
Propaganda, promoções e publicidade	7.176	5.288	12.464	20.752
Aluguéis	12.214	12.223	24.437	23.415
Transporte	2.167	1.428	3.595	4.588
Depreciação e amortização	8.264	6.434	14.698	9.491
Viagens	1.785	1.715	3.500	3.701
Manutenção e conservação de bens	2.412	2.922	5.334	5.732
Despesas com busca e apreensão de bens	1.721	2.551	4.272	12.000
Materiais de consumo	155	272	427	484
Administração de fundos	-	87	87	1.373
Outras	11.179	11.181	22.360	37.028
Total	339.711	270.069	609.780	622.351

(1) Inclui a amortização de despesas incorridas na aquisição da carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A. no montante de R\$ 5.544 mil (nota 1).

28) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2014	1º Semestre de 2014	1º Semestre de 2013
Contribuição à Cofins	27.851	33.964	61.815	70.383
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	7.414	7.927	15.341	17.472
Contribuição ao PIS	4.775	5.811	10.586	11.997
Impostos e taxas	2.340	2.135	4.475	5.568
Total	42.380	49.837	92.217	105.420

29) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	2º Semestre de 2014	1º Trimestre de 2014	1º Semestre de 2014	1º Semestre de 2013
Amortização do deságio – BCS (1)	4.330	4.330	8.660	3.332
Recuperação de encargos e despesas	3.062	2.326	5.388	9.494
Atualização monetária de cessões de crédito a receber	514	724	1.238	3.008
Taxa de Registro de Cartórios – CDC (2)	18	40	58	15.798
Reversão de provisões	(12)	664	652	70.217
Benefício residual em operações securitizadas	2.143	1.304	3.447	-
Adesão ao Refis	-	-	-	-
Outras	19.494	13.328	32.822	36.031
Total	29.549	22.716	52.265	137.880

(1) Refere-se a amortização parcial do deságio apurado na aquisição de carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A. (Nota 1).

(2) A partir de abril de 2013, os valores recebidos de clientes pelo registro de contratos (CDC) em cartórios estão sendo contabilizados em outras obrigações, face representar uma obrigação para o banco.

b) Outras despesas operacionais:

	2º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2014	1º Semestre de 2014	1º Semestre de 2013
Cessão de operações de crédito	75.107	94.498	169.605	108.549
Constituição de provisões	45.850	38.759	84.609	116.159
Prejuízo com operações de crédito/financiamento e fraudes dedutíveis	10.849	10.039	20.888	13.730
Variação monetária passiva	50.579	54.985	105.564	51.490
Impairment de ativos	-	-	-	18.349
Descontos concedidos	6.214	10.209	16.423	15.864
Amortização de ágio	6.263	6.263	12.526	12.526
Administração de Apólice de Seguros	148	-	148	-
Gravames (1)	4.697	5.055	9.752	9.979
Outras	19.715	9.614	29.329	22.500
Total	219.422	229.422	448.844	369.146

30) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2014	1º Semestre de 2014	1º Semestre de 2013
Resultado na alienação de outros valores e bens	(24.122)	(20.024)	(44.146)	(24.222)
Resultado na alienação de imobilizado	15.566	-	15.566	22
Desvalorização de outros valores e bens	(5.596)	5.598	2	(6.682)
Impairment de ativos não financeiros	-	-	-	-
Outros	201	72	273	-
Total	(13.951)	(14.354)	(28.305)	(30.882)

31) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	30/06/2014 Ativo (passivo)	31/03/2014 Ativo (passivo)	30/06/2013 Ativo (passivo)	2º Trim/2014 Receitas (despesas)	1º Trim/2014 Receitas (despesas)	1º Sem/2014 Receitas (despesas)	1º Sem/2013 Receitas (despesas)
<u>Aplicação interfinanceira de liquidez (a)</u>							
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	138.026	1.762	598	2.360	3.668
Caixa Econômica Federal	428.000	-	-	939	224	1.163	930
Total	428.000	-	138.026	2.701	822	3.523	4.598
<u>Títulos e valores mobiliários (b)</u>							
Banco BTG Pactual S.A.	-	74.073	94.609	17.791	(17.791)	-	(2.299)
Total	-	74.073	94.609	17.791	(17.791)	-	(2.299)
<u>Cessão de crédito (c)</u>							
Caixa Econômica Federal	308.867	230.781	112.947	-	-	-	-
Total	308.867	230.781	112.947	-	-	-	-
<u>Outros créditos (d)</u>							
Caixa Econômica Federal	14.204	12.789	584	-	-	-	-
Total	14.204	12.789	584	-	-	-	-
<u>Depósitos interfinanceiros (e)</u>							
Banco BTG Pactual S.A.	(2.786.458)	(1.983.343)	(1.506.046)	(86.113)	(14.711)	(100.824)	(46.200)
Caixa Econômica Federal	(5.474.370)	(5.046.625)	(3.576.361)	(218.493)	(39.565)	(258.058)	(98.337)
Total	(8.260.828)	(7.029.968)	(5.082.407)	(304.606)	(54.276)	(358.882)	(144.537)
<u>Obrigações por operações compromissadas (f)</u>							
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(1.159)	(122)	(1.281)	(1.400)
Caixa Econômica Federal	-	-	-	-	-	-	(368)
Total	-	-	-	(1.159)	(122)	(1.281)	(1.768)
<u>Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (g)</u>							
Banco BTG Pactual S.A.	(385.958)	(393.463)	(241.752)	(17.155)	(2.628)	(19.783)	-
Caixa Econômica Federal	(10.337)	-	-	(337)	-	(337)	-
Pessoal chave da administração	(25.186)	(24.245)	(68.913)	(570)	(570)	(1.140)	-
Total	(421.481)	(417.708)	(310.665)	(18.062)	(3.198)	(21.260)	-
<u>Instrumentos Financeiros Derivativos (h)</u>							
Banco BTG Pactual S.A.	64.086	-	-	156.120	-	156.120	-
Total	64.086	-	-	156.120	-	156.120	-
<u>Outras Obrigações (i)</u>							
Caixa Econômica Federal	-	-	(38.024)	-	-	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(8.634)	-	-	-	-
Total	-	-	(46.658)	-	-	-	-
<u>Outras despesas administrativas (j)</u>							
Caixa Econômica Federal	-	-	-	-	-	-	(40)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(138)	(412)	(550)	(669)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(35)	(9)	(44)	-
Tecban S.A.	-	-	-	(216)	(212)	(428)	(293)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(6)	(168)	(174)	(351)
Total	-	-	-	(395)	(801)	(1.196)	(1.353)
<u>Resultado obtido na cessão de crédito (k)</u>							
Caixa Econômica Federal	-	-	-	207.772	160.645	391.507	547.706
Total	-	-	-	207.772	160.645	391.507	547.706

(a) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(b) Referem-se a aplicações de cotas de fundos de investimento da PAN Seguros com a Caixa Econômica Federal e BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, e derivativos no caso do Banco BTG Pactual S.A.

(c) Refere-se à cessão de crédito a receber sem coobrigação;

- (d) Referem-se a valores de cobrança a receber arrecadados a serem repassados e carteira de câmbio;
- (e) Refere-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes antes às do CDI;
- (f) Referem-se a operações compromissadas com ligadas;
- (g) Refere-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97% do CDI ;
- (h) Referem-se á operações de Swap;
- (i) Referem-se a liquidação de parcelas antecipadas de cessão de crédito e câmbio vendido a liquidar;
- (j) Referem-se a outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas ligadas; e
- (k) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

b) Remuneração dos Administradores:

No Banco PAN, foi definido em Assembleia Geral Ordinária de 30/04/2013, o valor máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2014 no montante de R\$ 29.445 (R\$ 29.500 em 31/12/2013) (despesas de honorários).

• Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	2º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2014	1º Semestre de 2014	1º Semestre de 2013
Despesas de honorários	(700)	8.900	8.200	16.866
Contribuição ao INSS	(157)	2.002	1.845	2.612
Total	(857)	10.902	10.045	19.478

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:

- I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

• Gestão de Riscos

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

- **Gestão do Capital**

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

Ao longo de 2013, o Banco Central divulgou um conjunto de Resoluções e Circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aquelas referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.

O Pan atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

O quadro a seguir apresenta os indicadores de capital, incluindo o Patrimônio de Referência (PR) e os novos índices de capital que devem ser observados. Ressalta-se que, de Out/13 a Dez/14, o capital será calculado com base somente no Conglomerado Financeiro e, a partir de Jan/15, com base no Conglomerado Prudencial. Portanto, não serão mais apurados e apresentados os valores de capital referentes ao Consolidado Econômico-Financeiro (CONEF).

Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Financeiro.

Base de Cálculo – Índice de Basileia	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Patrimônio de referência nível I	1.157.389	1.236.710	1.785.309
Capital Principal	1.157.389	1.236.710	1.785.309
Patrimônio de referência nível II	1.046.163	1.065.416	891.319
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.203.552	2.302.126	2.676.628
Patrimônio de referência	2.203.552	2.302.126	2.676.628
- Risco de crédito	17.368.886	17.226.189	15.117.644
- Risco de mercado	171.738	254.149	216.574
- Risco operacional	1.623.068	1.623.068	1.950.093
Ativo ponderado pelo risco – RWA	19.163.692	19.103.406	17.284.310
Índice de Basileia	11,50%	12,05%	15,49%
Capital nível I	6,04%	6,47%	10,33%
Capital principal	6,04%	6,47%	10,33%

- **Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição.

- **Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira Trading: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

Carteira Banking: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 30/06/2014

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS (*)		
		(1) Provável	(2) Possível	(3) Remoto
Taxas de Juros	Taxas de Juros Prefixadas	(1.630)	(475.637)	(970.914)
Cupom Outras Taxas de Juros	Taxas de Cupom de Taxas de Juros	(132)	(30.438)	(56.125)
Cupom de Índice de Preços	Taxas de Cupom de Índice de Preços	(424)	(58.567)	(110.025)
Renda Variável	Preço de Ações	(249)	(6.217)	(12.434)
Moeda Estrangeira	Taxas de Câmbio	(1.140)	(28.507)	(57.014)
Cupom Cambial	Taxas de Cupom Cambial	(14)	(166)	(359)
Total em 30/06/2014		(3.589)	(599.532)	(1.206.871)
Total em 31/03/2014		(3.385)	(732.150)	(1.440.862)
Total em 30/06/2013		(2.657)	(573.178)	(1.192.160)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de junho de 2014, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 10% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 30/06/2014, 31/03/2014 e 30/06/2013.

Ativos – Dólar	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Operações de crédito (ACC/CCE)	696.887	635.081	666.395
Outros Recebíveis	24.441	24.586	22.518
Total Ativos	721.328	659.667	688.913

Passivos – Dólar	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Dívida subordinada	1.180.406	1.232.993	1.193.431
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	652.941	659.313	652.832
Obrigações por empréstimos no exterior	223.079	346.110	327.136
Total Passivos	2.056.426	2.238.416	2.173.399

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 30/06/2014, 31/03/2014 e 30/06/2013, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência			Valor de Mercado		
	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
Ativos - Dólar						
<i>Swap</i>	1.622.112	1.642.015	1.519.660	2.367.148	2.451.825	2.352.525
DDI	158.581	5.598	116.430	492	12	116.430
DOL	-	148.067	-	-	(174)	-
Total	1.780.693	1.795.680	1.636.090	2.367.640	2.451.663	2.468.955
Passivos - Dólar						
<i>Swap</i>	18.834	165.635	131.666	12.289	167.729	142.449
DDI	571.369	505.804	526.031	(3.113)	(580)	526.031
DOL	135.104	148.067	134.078	(131)	82	134.078
NDF	-	5.318	10.340	-	5.221	9.862
Total	725.307	824.824	802.115	9.045	172.452	812.420

- **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez

estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

- **Risco Operacional**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

De forma a atender aos princípios da Resolução CMN nº 2.554/98 e o Inciso III do art. 9º da Resolução CMN nº 3.380/06, o Conglomerado possui estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais. A área de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional é responsável também pelas atividades de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Continuidade dos Negócios.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.477/09, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri, Relatório de Gerenciamento de Riscos.

- **Valor de Mercado**

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Item	30/06/2014			31/03/2014		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.614.553	1.609.323	(5.230)	1.505.639	1.492.106	(13.533)
- Ajuste de títulos para negociação	152.527	152.527	-	132.339	132.339	-
- Ajuste de títulos disponíveis para venda	974.712	974.712	-	903.002	903.002	-
- Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	487.314	482.084	(5.230)	470.298	456.765	(13.533)
Operações de Crédito e de arrendamento mercantil	15.836.656	16.440.132	603.476	15.816.511	16.291.767	475.256
Depósitos a prazo	2.750.537	2.936.938	(186.401)	2.511.934	2.904.790	(392.856)
Depósitos Interfinanceiros	8.431.308	8.255.050	176.258	7.189.340	7.188.971	369
Recursos de emissão de títulos	4.876.439	4.441.961	434.478	5.413.965	5.007.995	405.970
Obrigações por empréstimos	324.718	336.731	(12.013)	447.557	346.366	101.191
Dívidas Subordinadas	1.305.677	1.674.860	(369.183)	1.354.565	1.738.270	(383.705)
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			641.385			192.692

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas, Instrumentos Financeiros Derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação a modelo ou por instrumentos equivalentes;

- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço;

- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

33) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 04/12/2013 o Banco PAN iniciou processo junto a SUSEP para a retirada de patrocínio do Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos (nos termos da Resolução CNPC 11/2013), que será submetido à aprovação da PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar). Somente após verificar a conformidade das condições e dos cálculos apresentados no processo, é que a PREVIC concederá sua aprovação. Até lá, o plano terá funcionamento normal com contribuições mensais. No trimestre findo em 30/06/2014, o montante dessa contribuição foi de R\$ 295 (R\$ 149 no trimestre findo em 31/03/2014, R\$ 338 no semestre findo em 31/06/2013).

Essa medida foi definida devido ao fato do Banco não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, e também por não fazer de política/plano de benefícios adotado pela instituição.

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no trimestre findo em 30/06/2014 a R\$ 15.079 (R\$ 14.346 no trimestre findo em 31/03/2014, R\$ 29.425 no semestre findo em 30/06/2014 e R\$ 26.156 no semestre findo em 30/06/2013).

34) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	2º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2014	1º Semestre de 2014	1º Semestre de 2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(382.134)	(133.424)	248.710	65.100
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (1)	(51.326)	51.326	-	-
Efeito no cálculo dos tributos:	96.603		96.603	(23.803)
Ajuste de Crédito Tributários de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Crédito tributário de períodos anteriores não constituídos	(3)	-	(3)	676
Ativação de créditos tributários de exercícios anteriores	-	-	-	(3.322)
Outros valores	(344)	3.465	3.121	13.101
Receita de Imposto de renda e contribuição social do período	44.930	54.791	99.721	(13.348)

(1) A alíquota da contribuição social para as empresas dos segmentos financeiros e de seguros foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08, permanecendo em 9% para as demais empresas (nota 3n); e

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.033.962	192.140	(57.702)	1.168.400
Provisão para contingências cíveis	65.325	19.412	(16.816)	67.921
Provisão para contingências fiscais (Pis e Cofins)	21.161	913	-	22.074
Provisão para contingências trabalhistas	23.016	13.605	(3.446)	33.175
Provisão para contingências tributárias	8.500	4.560	(3)	13.057
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	20.999	19.407	(23.556)	16.850
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	31.205	4.040	(20.768)	14.477
Provisão para Gratificação de funcionários/PLR	14.639	9.480	(15.454)	8.665
Outras provisões	91.751	19.545	(24.959)	86.337
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.310.558	283.102	(162.704)	1.430.956
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (1)	1.497.901	2.921	(7.789)	1.493.033
Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos aos FIDCs	2.129	-	(2.129)	-
Total dos créditos tributários	2.810.588	286.023	(172.622)	2.923.989
Obrigações fiscais diferidas (Nota 34e)	(145.271)	-	22.917	(122.354)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.665.317	286.023	(149.705)	2.801.635

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 30/06/2014, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 04/08/2014.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Diferenças temporárias			Prejuízo fiscal e base negativa			Lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos aos FIDCs			Total		
	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013	30/06/2014	31/03/2014	30/06/2013
2014	373.861	475.372	541.154	11.638	1.548	118.775	-	-	405	385.499	476.920	660.334
2015	471.789	429.049	315.829	28.428	33.271	138.961	-	-	1.160	500.217	462.320	455.950
2016	227.126	117.468	6.772	47.498	21.146	178.791	-	-	1.763	274.624	138.614	187.326
2017	133.070	110.847	55.448	106.634	109.890	49.882	-	-	1.884	239.704	220.737	107.214
2018	154.642	221.805	1.200	131.362	125.536	189.473	-	-	1.085	286.004	347.341	191.758
2019	59.620	2.149	873	192.622	183.085	202.453	-	-	54	252.242	185.234	203.380
2020	3.299	5.229	120	237.718	214.908	202.230	-	-	45	241.017	220.137	202.395
2021	20	20	22	276.407	251.866	205.347	-	-	3	276.427	251.886	205.372
2022	491	524	7.190	292.665	266.487	74.186	-	-	-	293.156	267.011	81.376
2023	7.038	6.979	-	49.705	165.432	-	-	-	-	56.743	172.411	-
Total	1.430.956	1.369.442	1.358.095	1.374.677	1.373.169	1.362.456	-	-	6.448	2.805.633	2.742.611	2.726.999

Em 30/06/2014, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$ 1.650.439 (R\$ 1.666.569 em 31/03/2014 e R\$ 1.876.431 em 30/06/2014).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 118.356, não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 30/06/2014, o Consolidado possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 1.220.245 (R\$ 1.220.245 em 31/03/2014 e R\$ 782.172 em 30/06/2013), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 488.096 (R\$ 488.096 em 31/03/2014 e R\$ 312.869 em 30/06/2013), em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

e) Obrigações fiscais diferidas:

Consolidado	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2014
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(8.573)	-	5.426	(3.147)
Superveniência de depreciação	(136.698)	-	17.493	(119.205)
Total	(145.271)	-	22.919	(122.352)

35) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 20.375 no 1º semestre de 2014 (R\$ 20.375 em 31/03/2014 e R\$ 36.719 em 30/06/2013);
- b) O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- c) Em 30/06/2014, 31/03/2014 e 30/06/2013, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- d) A partir de 01/01/2012, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.036/11 que faculta o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida. O prazo máximo para o diferimento deve ser 31/12/2015 ou o prazo de vencimento da operação renegociada, dos dois o menor, observado o método linear. A Resolução passou a produzir efeitos a partir de 01/01/2012. O Banco PAN não utiliza a faculdade prevista nesta Resolução;
- e) O Banco PAN, a fim de usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 39, inciso I da Lei nº 12.865 de 9/10/2013, com alterações da MP 627 de 11/11/2013, posteriormente convertida na Lei nº 12.973 de 13/05/2014. O Banco PAN e a PAN Seguros S/A aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS") referente às contribuições ao PIS e COFINS do período compreendido entre os anos de 2006 e 2012.

Desta forma, em 28/11/2013 foram realizados os pagamentos à vista da importância de R\$ 536,2 milhões no Banco PAN e R\$ 28,9 milhões na PAN Seguros totalizando R\$ 565,1 milhões, se beneficiando da redução de 100% (cem por cento) dos juros, juros sobre multas, e multas aplicados sobre os valores das respectivas contribuições, correspondentes à R\$ 288,9 milhões no Banco PAN e R\$ 17,5 milhões na PAN Seguros totalizando R\$ 306,4 milhões e pôs fim à discussão judicial que possuíam sobre o tema. Os resultados positivos apurados foram de R\$ 21,4 milhões no Banco PAN e R\$ 7,7 milhões na PAN Seguros;

- f) O Banco PAN comunica a seus investidores que conforme comunicado em Assembleia Geral de Cotistas realizada no dia 21/10/2013, os FIDCs Master CDC Veículos e Autopan CDC Veículos foram liquidados em 20/01/2014;
- g) Em Dez/13 o Banco PAN celebrou acordo junto a investidores relativamente a 13 CDBs de emissão da própria instituição, no valor corrigido até 31/12/2013 por suas taxas de emissão de R\$ 500,4 milhões, que eram contestados em juízo, para encerramento do litígio em relação a tais CDBs. Como resultado deste acordo, o Banco PAN apurou ganho contábil imediato de R\$ 84,5 milhões e, além disso, deixará de ter despesas futuras de juros relativos a tais CDBs de R\$ 285,7 milhões até os seus respectivos vencimentos;
- h) Em 14/05/2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13 que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida lei dispõe, entre outros assuntos, sobre:
- ✓ a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27/05/2009; e
 - ✓ Estimamos que a referida lei não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo Pan;
- i) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;
- j) Aprovação do Aumento de Capital: Em 13/06/2014, o Conselho de Administração do Pan aprovou aumentos do capital social da Companhia no valor total de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), visando o crescimento das atividades da Companhia de acordo com o novo plano de negócios que está sendo implementado pela atual diretoria e melhorar a estrutura de capital da Companhia, a serem concretizados nas condições abaixo:
- ✓ Aumento de Capital Social da Companhia, no limite do capital autorizado.

Foi deliberado aumento de capital social da Companhia, no limite do capital autorizado e sem a necessidade de deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, no valor de até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), mediante a emissão de até 443.786.982 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, na mesma proporção das ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes, sendo até 242.566.348 ações ordinárias e até 201.220.634 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 3,38 (três reais e trinta e oito centavos) por ação ordinária ou preferencial, para subscrição privada pelos acionistas da Companhia ("Aumento em ON e PN").

Os acionistas Caixapar - Caixa Participações S.A. ("Caixapar") e Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), titulares, em conjunto, nesta data, de 100% (cem por cento) do capital votante e 71,09% (setenta e um inteiros e nove centésimos por cento) do capital social total da Companhia, subscreverão, mediante exercício dos seus respectivos direitos de preferência no Aumento em ON e PN, ações ordinárias e preferenciais no montante mínimo de R\$ 1.066.335.301,46 (um bilhão, sessenta e seis milhões, trezentos e trinta e cinco mil, trezentos e um reais e quarenta e seis centavos), o que corresponderá ao montante mínimo do Aumento em ON e PN.

O preço de emissão descrito acima foi fixado nos termos do artigo 170, §1º, inciso III da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), levando-se em consideração a cotação de fechamento do pregão do dia 11/06/2014, sendo que a integralização será à vista, em dinheiro. O valor total da emissão de até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) será destinado da seguinte forma: (i) 10% (dez por cento) para a composição do capital social da Companhia; e (ii) 90% (noventa por cento) para a reserva de capital da Companhia.

Aumento de Capital Social com a criação e emissão de Ações Preferenciais Resgatáveis ("Aumento em Preferenciais Resgatáveis")

Adicionalmente ao aumento acima, os Conselheiros aprovaram submeter para exame e deliberação dos acionistas reunidos em Assembleia Geral de Acionistas, outro aumento do capital social da Companhia, no valor de até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), com a criação de nova classe de ações preferenciais, resgatáveis, para emissão de nova classe de ações preferenciais resgatáveis, com prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir do último dia do prazo previsto para subscrição da primeira emissão de ações preferenciais resgatáveis e terão direito a dividendos fixos, cumulativos, anuais e prioritários, depois de levantado o balanço anual da Companhia, equivalentes a 104% (cento e quatro por cento) da variação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros, aplicado sobre o preço de emissão de tais ações preferenciais resgatáveis, a partir do último dia de fruição do prazo para exercício do direito de preferência dos acionistas para subscrição das ações preferenciais resgatáveis. O direito de preferência na subscrição das novas ações observará a proporção das ações ordinárias e preferenciais da Companhia existentes na data da emissão. Os direitos, vantagens e restrições da nova classe de ações estarão detalhados na minuta de alteração do Estatuto Social da Companhia, a ser disponibilizada na proposta da administração da Assembleia Geral de Acionistas que deliberar sobre a criação e emissão das ações preferenciais resgatáveis.

Os acionistas controladores, Caixapar e BTG Pactual, garantirão a subscrição das ações preferenciais resgatáveis, inclusive daquelas que decorram do rateio de sobras.

Adicionalmente, a criação de nova classe de ações preferenciais resgatáveis deverá ser ratificada em assembleia especial de acionistas titulares de ações preferenciais.

A aprovação da criação da nova classe de ações preferenciais resgatáveis dará ensejo aos acionistas preferencialistas da Companhia exercerem o direito de recesso na forma do inciso II do artigo 136 da Lei das S.A. Em caso do direito de retirada ser exercido por mais de 0,5% (meio por cento) dos acionistas preferencialistas da Companhia, a Administração convocará Assembleia Geral para reconsiderar a deliberação sobre a criação das ações preferenciais resgatáveis, de forma a preservar a estrutura de capital da Companhia; e

- k) Subscrição do Aumento do Capital Social: Em 25/07/2014, a Companhia informou aos seus acionistas e o mercado que: (i) durante o período de exercício do direito de preferência do Aumento de capital em ON e PN, foram subscritas 242.566.343 ações ordinárias e 93.992.943 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$3,38 por ação ordinária ou preferencial, totalizando o montante de R\$1.137.570.386,68 (um bilhão, cento e trinta e sete milhões, quinhentos e setenta mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e oito centavos), dos quais R\$19.852.642,94 (dezenove milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos) referem-se às subscrições condicionadas e (ii) início do período de rateio de sobras irá até o dia 08/08/2014, uma vez que, não foram subscritas, durante o período de exercício do direito de preferência, 5 ações ordinárias e 107.227.691 ações preferenciais.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com as informações trimestrais consolidadas referente ao trimestre findo em 30/06/2014.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às informações trimestrais consolidadas referentes ao trimestre findo em 30/06/2014.

São Paulo, 04 de agosto de 2014

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Jorge Fontes Hereda

Vice – Presidente

André Santos Esteves

Conselheiros

José Luiz Acar Pedro

Antonio Carlos Porto Filho

Fábio de Barros Pinheiro

Fabio Lenza

Marcelo Terrazas

Marcos Antônio Macedo Cintra

Marcos Roberto Vasconcelos

Mateus Affonso Bandeira

Roberto Balls Sallouti

DIRETORIA

Diretor Presidente

José Luiz Acar Pedro

Diretores

Alex Sander Moreira Gonçalves

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Eduardo Almeida Prado

Eduardo Nogueira Domeque

Jose Luiz Trevisan Ribeiro ⁽¹⁾

Leandro de Azambuja Micotti

Maurício Antônio Quarezemin

Paulo Alexandre da Graça Cunha

CONSELHO FISCAL

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Marluce dos Santos Borges

Paulo Roberto Salvador Costa

COMITÊ DE AUDITORIA

Adilson Rodrigues Ferreira

Almir José Meireles

Marcelo Yugue

CONTADOR

Gregório Moreira Franco

CRC 1SP219426/O-2

(1) Em fase de homologação pelo Banco Central.

Banco Pan S.A.
e empresas controladas
(nova denominação do Banco
Panamericano S.A.)
Informações financeiras intermediárias em
30 de junho de 2014 e relatório de revisão dos
auditores independentes

Relatório de revisão das Informações Trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pan S.A. (nova denominação do Banco Panamericano S.A.)

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, consolidadas, do Banco Pan S.A. e de suas controladas (“Consolidado”) em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Banco Pan S.A.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, consolidadas, acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

Ênfase

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na nota 34, existem em 30 de junho de 2014 créditos tributários reconhecidos no ativo, no valor de R\$ 2,9 bilhões no Banco Pan S.A. e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo. Essa projeção de realização do crédito tributário foi revisada pela administração do Banco com base em estudo do cenário atual e futuro efetuada em junho de 2014 e aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de junho de 2014, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração. Nossa conclusão não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também as demonstrações do valor adicionado (DVA), consolidadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias consolidadas referidas no parágrafo de introdução, tomadas em conjunto.

Banco Pan S.A.

Informações suplementares

Os valores referentes ao balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2014, às respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao primeiro trimestre de 2014, estão sendo apresentadas pela administração do Banco para propiciar informações suplementares sobre o Banco Pan S.A. e empresas controladas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias consolidadas referidas no parágrafo de introdução, tomadas em conjunto.

São Paulo, 04 de agosto de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0



BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1º SEMESTRE DE 2014

Em cumprimento às disposições normativas vigentes, em especial àquelas contidas no artigo 17, parágrafo 2º, da Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, o Comitê de Auditoria do Banco Pan S.A. apresenta resumo do seu relatório para o semestre findo em 30 de junho de 2014, onde evidencia as informações que considera relevantes para conhecimento dos usuários na avaliação das demonstrações contábeis do período.

De se destacar que no desenvolvimento do seu trabalho, o Comitê contou com informações operacionais e contábeis originadas de sistemas informatizados e alicerçadas na política e regras institucionais de controle interno e de gerenciamento de risco, de responsabilidade da Administração.

Assim, e atento às atribuições que lhes são conferidas, o Comitê atuou com maior intensidade junto às áreas e a temas que estrategicamente propiciariam maior abrangência e segurança para formação das suas avaliações.

Nessa linha, reuniu-se em diversas oportunidades com os dirigentes e/ou executivos das áreas de controles internos, *compliance* e contabilidade, de tecnologia da informação e de negócios, dentre outras, debatendo a forma de atuação, eventuais fragilidades identificadas, ações de melhoria em curso e outras providências voltadas para o aperfeiçoamento do processo de governança corporativa, bem como o plano de negócios para os próximos exercícios.

Ademais, promoveu encontros sistemáticos com as auditorias interna e independente para saber do escopo dos seus trabalhos, conhecer eventuais fragilidades e debater



BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

os pontos de atenção de trabalhos anteriores, visando conhecer o nível de aprimoramento da política de controles e do envolvimento da administração na efetivação de medidas corretivas, com destaque aos apontamentos da autoridade supervisora.

No tocante aos debates que antecederam ao fechamento das demonstrações contábeis, o Comitê dedicou especial atenção ao volume de créditos tributários ativados, frente à expectativa da formação de resultados tributáveis nos próximos dez exercícios. Tal registro encontra-se suportado por estudo técnico de viabilidade da sua realização, aprovado pela Administração, continuando, portanto, dependente em boa parte da confirmação das premissas econômicas utilizadas e do atingimento dos volumes de produção considerados.

Efetuadas tais considerações e limitando suas responsabilidades ao quanto exposto, o Comitê de Auditoria opina no sentido de que:

- os controles internos e de gerenciamento de riscos, em processo de revisão, muito embora não comprometidos em sua efetividade, possuem deficiências que necessitam de providências regularizadoras, assim como maior abrangência na formalização das políticas, especialmente às voltadas à mitigação de riscos;
- não se verificou em relação a atuação das auditorias, interna e independente, fato relevante que tenha comprometido sua efetividade ou sua independência; e,
- as demonstrações contábeis, individual e consolidada, e notas explicativas, o relatório da administração e o parecer da auditoria independente foram elaborados conforme a regulamentação vigente, refletindo em seus principais aspectos a situação do Banco.



BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

São Paulo (SP), 04 de agosto de 2014.

ADILSON RODRIGUES FERREIRA

Presidente

MARCELO YUGUE

Membro

ALMIR MEIRELES

Membro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal do Banco Pan S.A. ("Companhia"), após procederem ao exame do relatório da administração e das demonstrações financeiras referente ao período encerrado em 30/06/2014 e com base:

- a) no Parecer dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 04/08/2014; com ênfase em relação aos créditos ativados que, para a sua realização, dependem da materialização das premissas constantes do Estudo Técnico de Viabilidade de Realização de Créditos Tributários elaboradas pela Administração da Companhia, aprovadas pelo Conselho de Administração; e
- b) na reunião com os auditores externos.

Entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no semestre.

São Paulo, 04 de agosto de 2014.

Paulo Roberto Salvador Costa

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Marluce dos Santos Borges